



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0788/15	DATA: 09/06/2015	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 15h13min	TÉRMINO: 18h09min	PÁGINAS: 58

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELIZABETH ALVES DA SILVA - Genitora de jovem assassinado em Ceilândia, Distrito Federal.
ARTHUR TRINDADE - Secretário de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal.
FLORISVALDO FERREIRA CESAR - Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.
ERIC SEBA DE CASTRO - Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

SUMÁRIO

Exposições e debates sobre as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas da violência contra jovens negros e pobres.

Vou passar ao segundo item da nossa pauta, que é a audiência pública. Iniciaremos a audiência pública desta Comissão de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 24, 2015, de minha autoria, juntamente com a Deputada Erika Kokay.

Esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal www.edemocracia.camara.leg.br.

Informo que, durante a fala dos convidados, não haverá apartes.

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Arthur Trindade, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; o Sr. Eric Seba de Castro, Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal; o Sr. Florisvaldo Ferreira Cesar, Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal; e convido também para sentar-se à mesa a Sra. Elizabeth Alves da Silva, mãe do jovem Cristiano Alves da Silva. (*Palmas.*)

Nós vamos iniciar a nossa audiência ouvindo a Sra. Elizabeth Alves da Silva.

Parece que ela, antes da sua fala, quer apresentar um vídeo. É isso? Vamos ouvir a Sra. Elizabeth.

A SRA. ELIZABETH ALVES DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas! Muito obrigada aqui pelo comparecimento de todos, pela força.

Estou aqui na luta, em honra do meu filho e da minha família. Foi um caso que aconteceu em Ceilândia e, logo após, surgiu o Movimento CEI VIVA. Esse movimento surgiu logo após a morte do meu filho, o Cristiano Alves da Silva. Estamos com esse movimento para não surgirem outras mortes, como a do Cristiano. Ele foi assassinado no dia 8 de abril, por volta das 20 horas. Eu tinha acabado de chegar do trabalho, e a comunidade chegou me comunicando o falecimento do meu filho. Ontem, fez 2 meses, e nós estamos aí, a família Alves, na luta por justiça, porque meu filho foi assassinado covardemente, pelas costas. Foi um tiro na cabeça e outro passou pelos olhos dele. É uma situação muito delicada, e nós estamos aí pedindo justiça.

Obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)



Vamos apresentar um vídeo que nós, da comunidade, fizemos. É um vídeo comunitário. Não é fácil, gente. Eu estou aqui, mas não é fácil! Este vídeo tem todo o depoimento do ocorrido, desde o início até o final com a nossa família, com amigos e a nossa Deputada Erika Kokay, que está aí no Movimento junto com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço só 1 minuto aqui, para jogarmos a imagem no telão e transmitirmos o vídeo do Movimento da Ceilândia.

A SRA. ELIZABETH ALVES DA SILVA - Pessoal, graças a Deus, lá em casa nunca faltou nada para nós. Nós somos de família humilde, e meu filho sempre falava: *“Mãe, nós somos humildes. Vamos levar a humildade para a nossa família, para esses meninos da nossa família, que estão crescendo”*. Então

nós somos humildes, gente! A humildade é tudo para nós aqui, que estamos aqui presentes. E eu nunca vou esquecer dessa palavra que o meu filho deixava para a comunidade, para a nossa família, para as nossas crianças. Sei que não está sendo fácil. Minha mãe está sofrendo muito, nós da família.

Eu sempre trabalhei. Eu comecei a trabalhar com os meus 12 anos de idade. Aos 17 anos, eu engravei, e tive o meu filho aos 18 anos. Sempre estudei, sempre trabalhei. Eu sou pedagoga, trabalho num Município do Goiás. Nós ganhamos pouco lá, gente. Nós professores não somos valorizados. Aliás, em país nenhum o professor é valorizado. Mas nós professores pedagogos nos dedicamos muito. Lá na minha família, nós somos três pedagogas, três pedagogas. Eu até falei para o Movimento CEI Viva que eu vou me formar, eu vou entrar na área de Direito. Enquanto eu estiver viva, com esses olhos aqui abertos, eu vou lutar no processo do meu filho. E vamos mostrar para as pessoas que criticaram sobre a morte do meu filho, as reportagens que divulgaram falando mal, dizendo que o meu filho era um peba, falando que na nossa família somos criminosos, igual eles colocaram lá na reportagem, que Deus proverá, gente, porque nós não temos criminosos na nossa família. O Cristiano foi assassinado injustamente. Lá em casa nunca entrou nada roubado por ele, pelo menos lá na minha casa, não, porque eu sempre falava para ele.

(Exibição de vídeo.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O vídeo é bem longo, tem mais de 40 minutos.

Então, a ideia da Dona Elizabeth, mãe do Cristiano, é só mostrar que, a partir desse assassinato — o início do vídeo reconstrói um pouco como foi —, surge um movimento que nasce na comunidade em busca de uma cultura de paz. Então, essa é a intenção do vídeo produzido pela mãe do Cristiano. E também nasce o Movimento Ceilândia Viva, a partir do assassinato do seu filho.

Então, quero aqui parabenizar, do ponto de vista da iniciativa, por se organizar, porque, de fato, um dos grandes problemas do País é essa cultura da violência. É evidente que eu sei que não é fácil a dor. Faz menos de 2 meses a perda de um ente muito querido, mas esta CPI foi convocada no momento logo após ocorrido, o assassinato, e hoje tanto o Comandante da Polícia Civil e da Polícia Militar quanto o próprio Secretário estão aqui presentes. Eles vão falar um pouco sobre o processo, sobre o inquérito.

Então, quero aqui agradecer a presença da senhora.

Está aqui presente o nosso Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Sr. Arthur Trindade. Quando foi aprovada a convocatória para os senhores estarem aqui, esse processo ainda estava em fase de investigação, o que motivou a busca de elucidar esse crime. Além disso, logo após, nós tiramos como meta ouvir o Secretário, o Comandante da Polícia Militar, o Comandante da Polícia Civil, no sentido de buscar contribuições para aperfeiçoar alguns encaminhamentos aqui da CPI.

Um dos encaminhamentos que a CPI tem discutido é esse novo pacto federativo sobre segurança pública, ou, mais do que um pacto federativo, um pacto republicano em relação ao enfrentamento do homicídio, à melhoria da política de segurança pública no Brasil e também à busca de propostas para nós apresentarmos um plano estratégico na redução de homicídios, tanto do ponto de vista de pactuação de redução, como também de políticas públicas preventivas, tendo como ponto de partida o Programa Juventude Viva, do Governo Federal, o qual está em fase de redesenho, e esta CPI também está convocando, convidando, melhor dizendo, os 11 Ministérios que estão envolvidos de maneira interministerial com as ações preventivas do Juventude Viva. Então, nós iniciamos ouvindo os



Estados com os maiores índices de violência — na semana passada nós ouvimos o Estado de Pernambuco — e os seis com os menores índices.

Nós também contamos aí com algumas propostas e um pouco de leitura sobre o que fazer para que possamos melhorar cada vez mais o sistema de segurança pública no País, mas, acima de tudo, o que fazer para reduzir as taxas de homicídio, em especial em relação aos jovens, negros e pobres, que é o objeto desta CPI.

Nós ouvimos aqui o Estado de Pernambuco. O Estado de Pernambuco tem uma taxa de homicídio em reação aos jovens brancos de 5%, que se compara à taxa da Europa. Mas, quando faz o recorte racial por faixa etária, o Estado de Pernambuco tem assassinato de 58 jovens para cada 100 mil habitantes. Então, é evidente que hoje o grande desafio da política de redução de homicídios no Brasil se concentra na questão racial e na questão da faixa etária de 15 a 24 anos ou de 15 a 29 anos. Nesse sentido também está o grande desafio. Tanto que os indicadores apontam uma redução de quase 40% de homicídios de jovens brancos e, ao mesmo tempo, 40% de aumento, nos últimos 10 anos, de homicídios de jovens negros e pobres. Então, o que puxa a taxa de homicídios hoje no Brasil para taxas estarrecedoras — são taxas estarrecedoras, absurdas, muito superiores a uma guerra civil — são os assassinatos de jovens negros e pobres no Brasil.

A partir desta introdução, concedo a palavra ao Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Sr. Arthur Trindade. O senhor dispõe de 15 a 20 minutos.

O SR. ARTHUR TRINDADE - Quero cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes e os demais Deputados aqui presentes, senhoras e senhores. Vou falar um pouco desse tema, mas antes eu gostaria de manifestar minha solidariedade com a Sra. Elizabeth, que teve seu filho Cristiano assassinado.

Infelizmente, são assassinados no Brasil cerca de 60 mil pessoas, a maior parte delas jovens. É uma tragédia nacional, e é uma tragédia nacional que dura mais de 20 anos. Ou seja, há 20 anos a nossa sociedade convive com taxas absurdas de homicídios, e há 20 anos nós não conseguimos caminhar na construção de soluções, soluções pactuadas.

Tomara, eu torço muito para que iniciativas como esta aqui da Câmara dos Deputados tenham efeitos que todos nós esperamos há muito tempo. Todos, muitos



que estão aqui, quase todos, militam de uma maneira ou de outra nessa causa da segurança pública.

O problema dos homicídios certamente é um dos problemas mais graves que a sociedade brasileira enfrenta. Se eu não me engano, ainda hoje os homicídios são a segunda causa de mortalidade na população brasileira. Perdem apenas para as neoplasias. Então, os brasileiros morrem ou de neoplasias ou de homicídios, a maior parte dos brasileiros jovens.

Para lidar com esse problema, certamente nós precisamos de uma política de Estado voltada para o enfrentamento dos homicídios, levantando suas causas e com políticas públicas para lidar com essas causas. Depois de tanto tempo convivendo com taxas de homicídios, dá a impressão de que nada mudou no Brasil nesses 20 anos. De fato, há 20 anos a taxa de homicídios brasileira é alta, na faixa dos 23, 24 homicídios por 100 mil habitantes, se eu não me engano, mas mudanças aconteceram, e mudanças importantes, para pior e para melhor.

Nós tivemos uma redução importante na taxa de homicídios em alguns Estados, quatro Estados apresentaram reduções importantes. A Região Sudeste apresentou uma redução muito importante nos últimos 10 anos na taxa de homicídios, o que é uma notícia alvissareira, o que quer dizer que algo pode ser feito, e algo pode ser feito e dar resultado positivo. Por outro lado, algumas regiões apresentaram um aumento impressionante do número de homicídios nos últimos 10 anos, especialmente as Regiões Norte e Nordeste.

Além disso, outras mudanças aconteceram. O nosso nível de conhecimento sobre as causas e os problemas dos homicídios também aumentou. Pesquisas têm sido realizadas, das mais diversas formas, metodologias, orientações políticas. Então, como alguns pesquisadores do tema dizem, nosso estoque de conhecimento sobre o problema aumentou.

Falando um pouco no estoque de conhecimento sobre esse problema, fica bem claro hoje que o enfrentamento do problema dos homicídios passa por políticas de segurança pública qualificada — vou falar um pouquinho mais adiante, não há dúvida — e por políticas de prevenção de violências. Nenhuma sociedade no mundo — e a nossa não seria diferente — conseguiu reduzir suas taxas de homicídio simplesmente com políticas concentradas unicamente na atuação das forças



policiais, mas, por outro lado, nenhuma sociedade no mundo conseguiu reduzir taxas de violência simplesmente com políticas sociais de prevenção de violência. Nós precisamos dos dois tipos de política, tanto a política concentrada na ação das polícias quanto as políticas voltadas para a prevenção, normalmente levadas a cabo por órgãos da área social, nas Secretarias ou Ministérios da área social.

Além disso, não há dúvida de que é necessário, quando se fala em homicídios, como o Deputado chamou a atenção aqui, um pacto nacional, um pacto nacional que construa uma política de Estado, independentemente dos governos que estejam no momento exercendo o poder, mas um pacto nacional entre União, Estados e Municípios. Nós sabemos, por exemplo, que as políticas de prevenção de violência que têm dado melhores resultados no Brasil são as políticas executadas por Municípios. Temos alguns Municípios que são bons exemplos de políticas de prevenção de violência. Infelizmente, são poucos, mas existem casos interessantes.

Não há dúvida de que os Estados têm um papel muito importante, mesmo porque a maior parte da atividade de segurança pública é desempenhada pelas polícias estaduais, e a União também tem um papel fundamental nisso no fomento e na indução de políticas de redução de homicídios. Mas esse pacto tem que ultrapassar a leitura apenas federativa do pacto entre União, Estados e Municípios. É necessário também um pacto entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Sem um pacto entre Executivo, Judiciário e Legislativo, também não caminharemos muito.

Bom, vou procurar ser breve e finalizar só fazendo algumas poucas considerações gerais — e depois certamente esse debate voltará — sobre os homicídios no Distrito Federal. O Distrito Federal tem uma característica singular no que diz respeito a homicídios: a taxa de homicídios no Distrito Federal é estável há mais de 20 anos. Há mais de 20 anos a taxa de homicídios no Distrito Federal oscila em torno dos 24 homicídios por 100 mil habitantes. É uma taxa alta, mas ela é estável. Ao contrário dos outros Estados da Federação, alguns poucos que apresentaram uma queda acentuada no número de homicídios nos últimos 10 anos e outros muitos que apresentaram um crescimento acentuado dos homicídios nos últimos 20 anos, o DF não; o DF tem uma taxa estável há 20 anos, o que quer dizer



que há 20 anos todas as iniciativas voltadas para o tema não surtiram efeitos que se esperavam. É uma taxa estável e alta.

Mas sobre esses homicídios no DF, eu diria que o DF não é diferente da maior parte dos Estados brasileiros; ao contrário, o perfil dos homicídios é muito parecido com o que acontece nos outros Estados. Os homicídios no DF são concentrados: cinco regiões administrativas respondem por mais da metade das mortes violentas aqui no DF. E, se nós formos pegar dentro dessas regiões administrativas, veremos que sete áreas dentro dessas regiões respondem por mais da metade das mortes. Então, é um fenômeno concentrado, espacialmente concentrado. É um fenômeno concentrado também do ponto de vista racial. Como o Deputado Reginaldo Lopes falou aqui, os homicídios incidem principalmente sobre a população jovem e negra.

Os homicídios no DF são estáveis, do ponto de vista das taxas, e são espacial e racialmente concentrados. Eu diria que os homicídios no DF são estatisticamente previsíveis. Do ponto de vista estatístico, nós sabemos que algumas regiões este ano, ano passado, ano retrasado, apresentaram uma taxa de homicídios, e provavelmente, se nada for feito, elas repetirão essas mesmas taxas. Só não sabemos quem vai morrer, mas sabemos o perfil das vítimas, sabemos o tipo de meio empregado (arma de fogo) e sabemos os lugares.

Enfim, é um fenômeno complexo, certamente, mas que precisa ser enfrentado. O Governador Rodrigo Rollemberg lançou, aqui no DF, o Pacto pela Vida no Distrito Federal, que tem como prioridade a redução de homicídios a partir de uma política que visa fazer a gestão da segurança pública a partir de indicadores, de metas e de responsabilização das áreas de segurança pública, conjugando isso com políticas sociais. Esta é a nossa intenção: priorizar os homicídios, que, ao mesmo tempo em que são uma tragédia nacional, fazem com que todos nós nos preocupemos com 60 mil mortes por ano, não há dúvida. Por outro lado, a imprensa, a mídia fala muito dessas mortes, estudiosos falam disso, profissionais de segurança pública falam disso, mas, quando observamos as ações e as iniciativas tomadas em vários Estados — e no DF não é diferente — na área de segurança pública, percebemos que não necessariamente elas estão voltadas para a redução de homicídios; elas estão voltadas, via de regra, para crimes contra o patrimônio,



seja na proteção dos bairros mais nobres, que abrigam a população de renda média e média alta, seja para fenômenos que não têm necessariamente relação imediata com os homicídios.

Então, aqui no Distrito Federal, esse é o nosso compromisso: uma política focada na redução dos homicídios e dos outros crimes violentos, letais, intencionais, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

Eu fico por aqui, Srs. Deputados. Certamente, terei oportunidade de falar mais algumas vezes hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vamos passar a palavra ao nosso Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Florisvaldo Ferreira Cesar. S.Sa. dispõe de até 15 minutos.

O SR. FLORISVALDO FERREIRA CESAR - Quero cumprimentar a Comissão pela iniciativa, na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes; cumprimento todos os Parlamentares presentes nesta tarde de hoje e me solidarizo com a família da Sra. Elisabete, que perdeu um filho vítima de violência.

Senhoras e senhores presentes, a Polícia Militar do Distrito Federal é um ponto fora da curva no cenário nacional em termos de violência policial — isso foi dito por várias pesquisas, realizadas por vários institutos em nosso País. Ela é reconhecida, nacional e internacionalmente, por ser uma polícia que respeita a dignidade da pessoa e voltada para a proteção dos direitos humanos.

Temos a grata satisfação de ter o nosso Secretário de Segurança na equipe de Governo do Distrito Federal, ele que é oriundo da universidade, estudioso dos assuntos de violência, que veio para somar conosco, porque também somos estudiosos, mas estamos no dia a dia, na prática, no combate à criminalidade.

Solidarizo-me com a família do Cristiano, com a Sra. Elisabete, porque eu também saí dessa comunidade. Eu morei 26 anos na Ceilândia. Então, a quadra citada aqui, a 1/3, é onde fica a paróquia que eu frequentava. Eu morei no conjunto 6 da quadra 3, uma das mais violentas da Ceilândia. A senhora mora na 8, né? Mas ali no documentário cita isso.

Então, a Polícia Militar do Distrito Federal tem investido, ao longo dos anos, na formação do seu policial e na educação continuada, voltada justamente para a preservação da vida humana.



A Polícia Militar do Distrito Federal apresenta índices comparáveis ao Canadá em termos de letalidade policial. Para os senhores terem uma ideia, em vários anos, na série histórica do ano de 2000 a 2014... No ano de 2000, nós não tivemos nenhum homicídio, zero letalidade praticada por policial militar; no ano de 2006, também zero; no ano de 2011, zero, e, no ano de 2012, zero, sendo que a nossa média anual é três — e, diga-se de passagem, os três são sempre mortos em confronto com a polícia.

Então, nós temos essa orientação do respeito à dignidade humana, ao cumprimento dos direitos humanos. Isso está documentado no nosso plano estratégico — este documento que está aqui em minhas mãos —, que reflete justamente a nossa intenção.

No ano de 2011... É um plano que vai de 2011 a 2022, embora antes de 2011 já existissem políticas voltadas para a preservação da vida e respeito aos direitos humanos. Nesse plano estratégico, nós temos metas, e digo para os Srs. Deputados e para a comunidade que aqui se faz representar que essas metas todas na área do aprendizado e crescimento policial já foram atingidas. São metas como: capacitar 7 mil policiais militares no curso de Promotor de Polícia Comunitária.

Essa mesma comunidade é atendida pelo 8º Batalhão de Polícia, que tem um dos programas de maior sucesso; programas comunitários que atendem mais de 200 jovens da comunidade — atendem a pais de jovens também, porque há um projeto de alfabetização durante a noite naquela unidade policial — com escolas de futebol, escolas de judô para as crianças oriundas dessas comunidades. Então, isso faz parte desse programa de capacitar 7 mil policiais militares em curso de Promotor de Polícia Comunitária.

Inserir — isso já vem desde a minha formação, em 1992, quando saí da Academia — a disciplina de Direitos Humanos como temática transversal nos cursos profissionais desenvolvidos pela PM-DF; capacitar — e já foram capacitados — esses 6 mil policiais militares em qualidade no atendimento, relações sociais e humanas, mediação de conflitos, socorro de urgência, direitos humanos aplicados à atividade policial, ética profissional, legislação e técnica policial.

Então, eu trago aqui alguns exemplos de uma polícia voltada à preservação da vida, que hoje atende não só a população do Distrito Federal, mas a uma



população flutuante, que hoje chega a aproximadamente 4 milhões de pessoas, oriundas do nosso Entorno.

Esses dados da letalidade policial que citei no início são do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.

Na questão de atendimento às demandas da nossa comunidade, as ações policiais vão além com os programas sociais — talvez esse seja o nosso grande trunfo nesse cenário brasileiro —, com os quais buscamos, incessantemente, trazer paz e segurança a essa comunidade. Nós temos vários programas sociais em nossa corporação. Em todas as unidades da corporação, nós temos esses programas para atender jovens dessas comunidades.

Trago aqui alguns dados que corroboram o que o Secretário de Segurança Pública falou sobre a violência no País, dados que foram apresentados recentemente pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal: só neste ano de 2015, no Distrito Federal, mais de mil armas foram apreendidas. É um número extremamente alto. O IPEA possui um estudo que diz que, a cada 14 armas apreendidas, uma vida é salva. Ou seja, é só fazer uma conta para ver a preservação da vida humana através dessas mil armas apreendidas. Mais de 600 quilos de drogas foram apreendidos só pela Polícia Militar este ano, sem contar a participação da nossa valorosa Polícia Civil, que também tem números extremamente significativos. Mais de 550 operações policiais foram desenvolvidas ao longo de 2015. Tivemos dois policiais militares foram mortos em serviço por ação de criminosos, e dois criminosos vieram a óbito em ações policiais.

A Polícia Militar do Distrito Federal, mais uma vez, aqui se solidariza com a família do Cristiano e reafirma o compromisso de proteger essa sociedade do Distrito Federal com um serviço de qualidade, com policiais preparados, com policiais extremamente bem formados, voltados à proteção dos direitos humanos e à preservação da vida.

Agradeço a oportunidade de poder trazer aqui esse retrato e me coloco inteiramente à disposição para os questionamentos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.



Passo a palavra ao Sr. Eric Seba de Castro, Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, por 15 minutos.

O SR. ERIC SEBA DE CASTRO - Boa tarde a todos e a todas. Deputado Reginaldo Lopes, na pessoa de V.Exa. cumprimento os demais Deputados, os policiais civis presentes e, muito especialmente, na pessoa da D. Elisabete, cumprimento a família do Cristiano, a quem presto meus sentimentos.

Eu tenho um filho de 25 anos e não consigo imaginar a intensidade da dor provocada por essa inversão da ordem, a de uma mãe sepultar o corpo de um filho. Realmente, é uma coisa que não se consegue imaginar.

Em relação à Polícia Civil, nós temos mais ou menos a mesma linha de atuação da Polícia Militar no que se refere à preservação dos direitos humanos, à preservação da integridade e da legalidade.

Nós, da Polícia Civil, como os primeiros aplicadores da lei, efetivamente, na instauração de um inquérito, da lavratura de um auto de prisão em flagrante, normalmente em conjunto com os nossos coirmãos da Polícia Militar, temos procurado ao longo desses anos... Eu falo de mais de 30 anos. Estou na Polícia desde o final de 1983. Então são alguns dias, dias que me permitiram conhecer uma polícia, uma instituição de segurança com uma vertente que, ao longo dos anos, foi se aproximando da comunidade, através do policiamento comunitário, através da formação dos nossos policiais.

Temos, sim, buscado minimizar essa situação, que é caótica no Brasil, da mortalidade, principalmente dos nossos jovens. Isso tem um custo social, isso tem um custo para o País que não tem um dimensionamento.

Com relação à morte do Cristiano, Dona Elisabete, o que eu posso dizer é que ele foi vítima de um homicídio no dia 8 de abril, por volta das 19h, e no dia seguinte o inquérito já estava instaurado. O inquérito já está concluído. A 23ª DP, que é a responsável pelo inquérito, já indiciou o autor do homicídio (*palmas*), e já indiciou também o partícipe, um funcionário da padaria, que foi quem, irresponsavelmente, entregou a arma para o autor. Talvez se ele tivesse levado essa arma lá para dentro e tivesse tentado pacificar, que é uma questão que temos buscado...



Deputados, Deputadas e demais presentes, temos buscado muito a pacificação social. As pessoas estão matando com muita naturalidade; as pessoas não buscam o diálogo. Tem um menino que falou aqui de dialogar, de se buscar soluções inteligentes, de se buscar soluções civilizadas, de se buscar soluções que evitem essa contenda. Isso estamos enxergando em todas as instâncias da nossa vida. No trânsito, uma batidinha, uma besteira qualquer, faz com que as pessoas se agridam, faz com que as pessoas se matem.

Precisamos dar as mãos, os Três Poderes, como o Secretário Arthur falou. Nós precisamos dar as mãos e mostrar que a paz é mais do que essa violência desmedida. São poucas pessoas que defendem essa vertente. A maioria quer o bem, a maioria quer a paz, a maioria quer um país próspero, a maioria quer um país de construção, de respeito.

Então, nós precisamos, sim, combater essas pessoas, como é o caso do Regino e do funcionário dele na padaria que estão indiciados. Eles só não estão presos por uma questão circunstancial de legislação. O inquérito está concluso, somente dependendo da juntada de pequenos documentos para podermos pedir a prisão preventiva. Ela será pedida, e vai depender da Justiça a decretação ou não da prisão deles.

Nós, segurança pública, não admitimos — e eu falo em nome da segurança pública: Polícia Civil, Polícia Militar, com o Coronel Lemos, que é do nosso DOP da Polícia Militar e está à frente do policiamento, da organização, a quem eu presto minhas reverências — que isso aconteça. Infelizmente, ainda acontece, Dona Elizabeth. Mas a senhora pode ter certeza de que, se dependesse de nós, talvez o Cristiano estivesse aqui hoje. Infelizmente, não depende só de nós; depende da sociedade, depende de nos darmos as mãos.

A segurança pública faz a parte dela. Nós hoje, como o Coronel Cesar falou, temos um recorde de apreensão de armas; temos uma redução em relação aos primeiros 5 meses do ano passado, de 311 para 275 homicídios, número bastante significativo; latrocínio, roubo, a maioria dos nossos índices está em declínio, Deputado. Mas, infelizmente, a sociedade precisa também ter mais educação, precisa ter mais apoio. É preciso ver a questão social, a questão da drogadição;



precisa de perspectivas de ensino básico, de ensino técnico para nossos jovens. Se não for assim, a segurança pública...

Nós, da segurança pública, costumamos dizer que somos o aparador de tudo o que não deu certo na sociedade. Aquilo que não foi dando certo ao longo do tempo, acaba desaguando na segurança pública.

Eu falo aqui como delegado; eu falo aqui como Diretor da Polícia Civil, mas eu falo aqui, fundamentalmente, como cidadão. Eu fechei o meu tempo de polícia, vou me aposentar, e daqui a pouco eu serei um policial aposentado — não um ex-policial, mas um policial aposentado.

Eu nunca vou deixar de ser um policial, nunca vou deixar de ser um defensor da sociedade, e tenho certeza de que todos os policiais presentes aqui pensam como eu: o que queremos é uma sociedade justa; o que queremos é uma sociedade pacificada, e a pacificação da sociedade depende de todos nós.

Basicamente era isso que eu queria falar, em nome da Polícia Civil, sobre a situação do Cristiano, e é isso que desejamos, do fundo do coração, para a nossa sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Eric, pela contribuição, especialmente pelas explicações sobre o processo do Cristiano à Dona Elisabete e família.

Antes de passar a palavra aos inscritos, quero primeiro dizer que a Polícia Militar de Brasília, nos anuários, nos estudos do *Mapa da Violência* aponta como a de menor taxa de letalidade policial. Eu acho isso extremamente rico, importante para o País, para sociedade e para a imagem das corporações. Eu acho que essa é uma política vitoriosa: vários anos com zero de homicídios, quando temos no Brasil, em média — e é evidente que sobre esses dados sempre há questionamentos, mas, na ausência de dados, prevalecem os que temos utilizado muito aqui, do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, o DATASUS —, um índice de 15% a 20% no País, o que é muito importante.

Também os dados do Distrito Federal mostram que, se o Brasil reduzir os homicídios em relação aos jovens e à população negra, nós passaremos a ter taxas de países extremamente civilizados. Aqui temos: para cada oito homicídios, um é



branco; sete são negros. Se tem uma taxa de 22, vamos chegar a uma taxa de 13% a 14%; aplicando-se a 22, dá uma média de 2% a 2,5% para cada 100 mil habitantes no Brasil. É uma taxa de países extremamente civilizados. Inclusive, no Brasil, também: nós temos 60 homicídios para cada 100 mil; temos uma taxa de 29. Então, aplicando-se 40%, chegamos quase na casa do que eu pessoalmente defendo, que é menos de um dígito, que seria, oito, nove, para os próximos dez anos.

Eu defendo, nesta Casa — e a sociedade e o Secretário foram muito felizes — que, mais do que um pacto federativo, precisamos de um pacto republicano. Porque se não funcionar o Poder Judiciário, todos os Poderes e os demais entes da Federação, é difícil, porque a questão da segurança é de responsabilidade de toda a sociedade brasileira. Nesse sentido, se também se trazer para os mesmo patamares das taxas de mortalidade dos jovens brancos no País, nós teríamos taxas que ficariam abaixo do que a ONU considera um país civilizado, que é menos de dez — acima de dez é guerra civil.

Então, é evidente que o objeto desta CPI está correto do ponto de vista desse recorte. É evidente que nós vamos discutir mais para a frente, mas essa é a minha opinião.

Nós recebemos aqui, na semana passada, um representante de Pernambuco, onde, volto a repetir, a mortalidade de jovens brancos é de 5,2 para 100 mil habitantes. Quando se faz o recorte — não é, Pastor Eurico — de jovens negros e pobres, se chega a quase 60, 58, e Pernambuco é o Estado que mais reduziu as taxas nos últimos anos. Pernambuco, ao contrário dos demais Estados do Nordeste, foi o único Estado com redução nas taxas de homicídios no País.

Então, evidentemente, o desafio está colocado, como o Secretário disse muito bem. Se há uma coisa que está bem desenhada, com bons diagnósticos na segurança pública, é essa questão dos homicídios: o território, a idade, o perfil, a localidade. Talvez em alguns Estados, em algumas cidades, se possa falar até a rua em que vão acontecer os homicídios; às sextas, aos sábados, aos domingos, e alguns acertos de contas às segundas-feiras.

Então, é isso, o que nós precisamos aqui é pensar o século XXI; como esta Comissão será capaz de propor algo novo que coloque o Brasil no século XXI como



um país civilizado, um país que não vai mais admitir as altas taxas de homicídio que temos hoje, porque isso agride a todos nós, a toda a sociedade brasileira, e deixa o Estado brasileiro menor.

Então, eu quero agradecer pela contribuição a cada um dos senhores que estiveram aqui, em especial pelas explicações sobre o processo do Cristiano.

Quero passar a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, a quem também agradeço pela participação conosco, ontem, na audiência pública no Estado de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sr. Diretor da Polícia Civil, Sr. Comandante-Geral, o Distrito Federal é um caso *sui generis*. E por que *sui generis*? A maioria da população aqui é flutuante, há grandes quartéis o Exército brasileiro, e o público é um público diferenciado. Quando se sai do Distrito Federal para o Entorno, aí o pau quebra; aí a violência... Em Samambaia também a violência quebra. Quando acontece crime aqui no Distrito Federal, crime de repercussão, o que acontece? Vai despencar aqui dentro do Congresso Nacional.

Vou citar um exemplo muito claro disso, que foi o caso do José Carlos dos Santos, funcionário aqui da Casa, matou a esposa dele, ou contratou um pessoal para isso, e quando descobriram o caso — houve uma briga entre a Polícia Federal e a Polícia Civil na apuração —, na investigação, despencaram nos anões do Orçamento. Houve o caso do Procurador, que era daqui do Distrito Federal, que foi assassinado fora. Então, são casos que...

A realidade da população do Distrito Federal é diferente da de outros Estados. Por exemplo, em São Paulo, só na capital, são 12 milhões de habitantes. E o Rio de Janeiro? E Minas Gerais? Então, quer dizer, as circunstâncias são um pouco diferentes.

Mas quero parabenizar a Polícia Civil pelos números, e pude perceber, quando estive fazendo alguns cursos aqui, que a Polícia daqui realmente é eficiente, tem um setor de inteligência excelente, um dos melhores do Brasil. Só vi um igual na Bahia, que também é muito bom — eu estive lá em Salvador. A Polícia daqui se antecipa ao crime, é altamente preventiva, como no caso da prisão daqueles assaltantes de bancos que explodiam caixas eletrônicos.



Realmente, eu compactuo com algumas ideias do Presidente, com algumas falas; outras, realmente, por conhecimento mais profundo, eu tenho que contestar.

O Presidente alega que as polícias são altamente letais no Brasil. Eu não concordo com isso. Por quê? Segundo ele, se poderia reduzir os homicídios em 20% se a polícia não matasse. Então, a polícia vai morrer? A polícia não é altamente letal. Eu acho que a polícia é produto do sair à rua para defender a sociedade. Na realidade, enquanto ela defende a sociedade, aquele que está assaltando um estabelecimento, que está roubando banco, vai atirar com fuzil, como atiraram naquelas viaturas de São Paulo. Eles perfuraram as viaturas com fuzis, e ainda assim os policiais conseguiram atingir os criminosos com pistolas ponto 40.

Então, eu acho que realmente, desde a época da crucificação de Cristo — foram os soldados que crucificaram Cristo —, a função de policial é difícil. Mas, enfim, gostei dos números do Distrito Federal.

E se nós vamos conseguir realmente diminuir esses números de homicídios contra os negros — este é o objetivo da CPI: de fazer bons encaminhamentos —, digo de antemão que sou totalmente favorável ao auto de resistência — totalmente favorável! —, porque tudo o que vi naquele projeto de lei, a polícia já faz: fazer o local do crime; fotografar o cadáver; fotografar os ferimentos do cadáver, esse exame perinecrocópico que a perícia faz. Quanto a ir lá ao IML fotografar os ferimentos internos, qual é o problema? O principal para se provar um assassinato é a distância do tiro. Por exemplo, se é execução, tem que ter o buraco de mira de Hoffmann, que é o tiro encostado, que caracteriza que houve execução; se eu vou falar de tiro à queima-roupa, a curta distância, pode caracterizar uma execução. Mas não tiro a distância, que compõe a troca de tiro. Ou então o direcionamento do tiro: se é de cima para baixo; se é de baixo para cima, etc.

Então, quer dizer, eu acho totalmente louvável, vou batalhar por esse auto de resistência. Isso aqui para mim está ótimo. Está ótimo esse projeto, só precisa colocá-lo no art. 6º do Código de Processo Penal.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.



É evidente — eu até falei ontem na audiência pública, em Minas — que a Presidenta Dilma... Pelo que temos de conhecimento, o fórum coordenado pelo Ministro José Eduardo Cardozo propõe taxas de redução no PPA, taxas de homicídios, de 20%. O que eu disse: com 20%, todos os estudos apontam, é política de confronto, é letalidade policial, então, entra no mérito. Se tiver uma política de redução dessa taxa... Ela já reduziu 20%. Então, eu mesmo acho um plano estratégico. República Nacional que propõe 20% é muito tímido, porque uma pactuação de novo posicionamento da ação policial — como aqui no Distrito, por vários anos, zero de letalidade policial —, promoveria 20% de redução. Então, o que eu estou dizendo, na minha opinião... Não sei se é isso que a CPI vai aprovar, no final do seu trabalho e nas metas que vai apresentar, porque esse é um plano do Estado brasileiro, decenal. Estou propondo: se não tivermos coragem de fazer um pacto para, em 10 anos, termos um dígito — não podemos ter dois dígitos — para toda a população, seja branca ou seja negra, em especial, para os negros, hoje, porque os brancos estão nas taxas de países civilizados, e os negros estão nem em países de guerra civil, ou pior ainda... Aí, sim, nós não estamos sendo ousados em propor algo novo.

Então, eu não estou fazendo aqui uma afirmação dizendo que a polícia mata porque quer; estou dizendo que a política estabelecida de confronto determina, nas estatísticas, 20% de taxas de homicídios.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Quando afirmamos, como o senhor afirmou no Alto Vera Cruz, que a nossa polícia é altamente letal... Quer dizer, não é a polícia que é letal, a população é que é letal. Agora, está faltando investimento na educação, está faltando investimento na saúde, estão cortando verbas que deveriam ir para a educação e para a saúde. Infelizmente, isso é cultura, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu, antes de passar a palavra ao próximo orador, temos que fazer uma pergunta aos três convidados sobre integração, sobre unificação, sobre ciclo completo, estatuto do desarmamento e redução da maioria penal, integração da polícia — porque nós vamos apresentar uma PEC. Então, nós vamos propor unificar ou não —, unificação, ciclo completo, estatuto do desarmamento, redução da maioria penal e, para usar



mais, desmilitarização. Então, são as perguntas que nós vamos fazer daqui, da Mesa, aos dois Estados que vão estar presentes — só para ouvir as opiniões.

Com a palavra, Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, eu fico um pouco impressionado, porque vejo um o seguinte: quando eu aqui faço uma lei no sentido de aplicar a segurança pública, podem ter certeza de que eu não estou olhando a cor, o credo, a religião, a opção sexual, nem nada da vítima. O que eu vejo aqui nesta Comissão é que se nós formos aplicar essa lógica aqui presente, podemos falar que o Joaquim Barbosa é racista, porque a maioria dos condenados no mensalão é branca. Obviamente, não é isso que ocorreu, não há correlação. Seria a mesma coisa que eu dizer o seguinte: um estudo na Califórnia fala que, quanto maior o consumo de sorvete, maior o ataque de tubarão; logo, se diminuirmos o consumo de sorvete na Califórnia, vai diminuir o ataque de tubarão, o que é uma mentira. O que eu estou querendo dizer é que não há correlação, há constatações.

Eu não vou ficar tranquilo aqui se nós reduzirmos a zero a mortalidade de jovens brancos e continuarem negros jovens sendo mortos, e vice-versa; se for reduzida a zero a taxa de mortalidade de negros e brancos continuarem morrendo, eu vou igualmente não ficar satisfeito.

Então, no meu entendimento, não há razão para nós colocarmos aqui essas constatações e fazermos essa correlação, como se a polícia estivesse imprimindo uma caçada aos negros.

Será que o policial, na troca de tiro, vai escolher? *“Opa, aquele ali está atirando em mim, é negro, eu vou matá-lo, mas aquele que está atirando em mim é branco e eu não vou matá-lo.”* Será que é isso que está ocorrendo no Brasil, Sr. Presidente?

Esses são apenas alguns pontos para que nós pensemos aqui, até porque, como foi dito pelo Coronel, que veio da Ceilândia, onde infelizmente morreu o jovem Cristiano, ninguém defende a morte de ninguém. Estamos aqui para melhorar a segurança pública. Não estamos aqui para melhorar a segurança pública para uma parcela da sociedade, e, sim, para a sociedade toda, Sr. Presidente.



Então, aqui fica o meu ponto para reflexão e o meu recado também aos policiais, aproveitando que há vários aqui: se algum criminoso branco, como eu, oferecer perigo à vida dos senhores, não hesitem, atirem, defendam-se. Não estou nem aí se ele é branco ou negro. Eu quero que a vida dos senhores seja preservada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra ao Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, eu queria parabenizar os três expositores. Ficamos satisfeitos quando vemos funcionários públicos, principalmente de uma área tão fundamental quanto a segurança pública, prestar depoimento de uma ação eficiente, de uma ação civilizada, de uma ação republicana.

Fiquei muito feliz com as considerações do Comandante-Geral César. Muito mais do que fazer perguntas, eu queria fazer dois comentários basicamente, que poderão reforçar as suas explicações e as do Delegado-Chefe, do Diretor-Geral e do Sr. Secretário de Segurança.

Primeiro, o senhor falou da questão das armas. Um estudo agora do Governo do Estado de São Paulo sobre a origem das armas tira o argumento dos defensores do enfraquecimento do Estatuto do Desarmamento — defensores do enfraquecimento do instituto do desarmamento. Mais de 85% das armas apreendidas em homicídios têm origem na indústria brasileira. Isso, então, acaba com aquele argumento de que as armas entram no Brasil pelas fronteiras. A arma do homicídio é fruto da indústria nacional. Se essas armas são frutos da indústria nacional, elas foram adquiridas legalmente. Então, esse argumento de que arma é para cidadão de bem se defender é um argumento também, Sr. Comandante, frágil, frágil, porque está sendo mostrado que essas armas que foram supostamente adquiridas para defender o cidadão de bem são armas que vão parar no homicídio e preponderantemente matar o jovem negro.

O Sr. Comandante-Geral traz um dado que eu gostaria que depois ele repetisse: a cada 14 armas apreendidas, um homicídio é evitado, uma vida é salva. Nós precisamos endurecer o Estatuto do Desarmamento e não enfraquecê-lo.



O segundo dado eu acho que deve servir de exemplo para toda a polícia brasileira, pois é indiscutível que a violência policial é um dos principais desafios para o avanço dos direitos humanos no Brasil e que a violência policial é um dos fatores que levam a esse alto número de jovens negros assassinados no País. Em 2013, houve 2.200 mortes em operações policiais. Eu sei, lógico, que muitas dessas mortes resultaram do uso legítimo da força pela polícia — muitas, não, algumas dessas. Mas não é possível termos 2.200 mortes! E aí — infelizmente o nosso nobre colega, Deputado Delegado Edson, não está aqui — volta a questão do auto de resistência.

Em meu Estado, todo confronto com as forças policiais se transforma em auto de resistência. E o que chama a atenção é que esse confronto só se dá com jovens negros. (*Palmas.*) Eu não conheço, no meu Estado, um jovem branco ter sido vítima de uma ação da força policial como auto de resistência.

Sr. Secretário, eu queria parabenizar V.Sa. Que continue essa política e que isso sirva de modelo para o Brasil! E aí eu perguntaria: qual o peso do controle externo nas polícias do Distrito Federal? Como se dá esse controle externo nas duas corporações? (*Palmas.*)

Muito obrigado. Parabéns a V.Sa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Bacelar.

Com a palavra o próximo orador, Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V.Exa., já o cumprimentando, como também os demais membros da Mesa.

Sr. Presidente, a cada reunião que temos nesta CPI, o interessante é que há momentos em que eu penso que ela está mais para Comissão do que para CPI. Nos casos que têm sido observados, o que me preocupa é que, na maioria das vezes, aliás, por vezes, nós temos ataques, de forma direta e indireta, sempre à ação policial.

É incrível, nunca se observa que uma ação policial acontece no momento em que o policial está para defender uma causa ou situação. A pergunta é: ele morre ou ele se defende?



É lamentável já termos assistido, em uma de nossas Comissões aqui, a Parlamentares desta Casa querendo apresentar projetos que eu diria que são o cúmulo do absurdo. Inclusive, quando houve manifestações da sociedade, disseram que os policiais agrediram a população que delas participavam. Agora, o camarada vem, bate na polícia, atira pedra, atira *spray* de pimenta na polícia. E aí vem aquela ideologia de que o policial não pode reagir. Afinal de contas, para que serve a polícia? É lamentável ver o que está acontecendo.

Temos aqui o caso citado do jovem que faleceu — não tem nada a ver com a polícia, lamentamos o fato e apresentamos os nossos sentimentos à mãe e à família.

Queremos parabenizar o Diretor-Geral que nos deu uma boa informação de como está o andamento das apurações. E é claro que isso tem que ser feito. Agora, o índice de mortandade apresentado — morreu Fulano, Beltrano, tantos morreram em confronto com a polícia — quase não mostra a quantidade de policiais mortos. Hoje, a imprensa faz uma divulgação em massa de qualquer pessoa que falece em confronto com a polícia nesse Brasil, marginalizando-as terrivelmente. Lamentavelmente, morre policial todos os dias, mas isso quase não é divulgado, Sr. Presidente.

Por incrível que pareça, há programas nas TVs que levam a população a ficar com ódio da polícia, quando a polícia está aí para proteger.

Se há policiais bandidos, que os policiais bandidos sejam punidos, como têm sido quando descobertos. Estão aqui o Coronel, as autoridades da Polícia Militar do Distrito Federal, mas eu duvido que um policial que esteja agindo como bandido permaneça na tropa. Quem mais exclui: a Polícia Militar, a Polícia Civil? Elas tiram aqueles que não condizem com a representação da polícia em nosso Brasil.

No meu Estado, Pernambuco, todos os dias, temos pessoas excluídas. Claro que não podemos colocar todo mundo em um bolo e marginalizar todos os policiais. Nós lamentamos as colocações tendenciosas de alguns companheiros que sempre chegam a essas reuniões para agredir a ação da polícia.

Lamentavelmente, eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que não concordo com a morte de ninguém. Não defendemos morte, assassinato, coisa nenhuma. É claro que num local onde a população maior é negra, não vai morrer mais brancos, Sr.



Presidente. É incrível o que acontece por aí. Se chegarmos a alguns Estados onde só há branco, não se vai estar lá escolhendo negro para matar. Não é porque é negro que é bandido, não. Como citou o companheiro aqui, nós temos referencial no Brasil de pessoas de cor escura que são verdadeiros ícones, que representam a dignidade do cidadão brasileiro. Então, isso nós não aceitamos. Lamentavelmente, essa discriminação não acontece só nas ações de assassinato. Elas acontecem até em muitas declarações que escutamos por aí.

Então, Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. Espero que tenhamos um resultado positivo de todo o trabalho desta CPI e que possamos trazer para o Brasil alguma coisa diferenciada, porque ficar na mesmice não vai adiantar, nem continuar agredindo e atacando as polícias. Eu acho que nós temos também de pensar nos nossos policiais, que saem vivos de casa e não sabem se voltam. Lamentavelmente, essa é a realidade da nossa polícia hoje no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Pastor Eurico.

A próxima inscrita é a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de deixar claro que, se vamos construir um pacto, um pacto pela vida, ele não pode negar as evidências. Nós temos um extermínio de jovens negros no nosso País, e alguns querem diluir isso, diluir isso inclusive com outros tipos de desigualdade.

Hoje, nós tivemos a oportunidade de participar de uma discussão, promovida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e por uma Subcomissão da Comissão de Seguridade, sobre a mortalidade materna de mulheres negras. Ali, o que nós vimos demonstra bem que há um racismo institucional, até porque, sendo as mulheres atendidas nas mesmas condições, nos mesmos locais, a morte de mulheres negras é extremamente mais aguda, é extremamente maior. Então, há um racismo institucional.

A primeira coisa que nos cabe neste País é reconhecermos que não há uma democracia racial. Não há uma democracia racial no nosso País, e ela precisa ser construída. E ela será construída quando nós pudermos identificar os tetos e as paredes de vidro, porque, se são de vidro, nós não os identificamos. Se não os identificamos, não podemos enfrentá-los e desconstruí-los. Segundo, se são tetos e paredes de vidros invisibilizados, nós vamos tender a responsabilizar as vítimas pela



sua própria condição de vítima. Muitas vezes, já escutei nesta própria Comissão sobre a responsabilização dos jovens pelas suas próprias mortes.

Um jovem como o Cristiano saiu e não voltou. E a comunidade, ao ver aquele brutal assassinato, reagiu. Ao reagir, ela foi tratada com hostilidade, segundo as denúncias, pelas forças policiais. Há denúncias que indicam que as pessoas, ao voltarem do enterro de Cristiano, tiveram o ônibus, contratado com muito custo por aquelas famílias, apreendido. O ônibus foi parado, as pessoas foram revistadas, inclusive senhoras idosas, como se ali Cristiano não fosse uma vítima de uma violência — de certo não policial. Não foi uma violência policial, mas ele foi uma vítima. E ali foram desconsideradas as pessoas que se solidarizavam e protestavam contra a morte de uma pessoa da sua comunidade, que cresceu com aquela comunidade. A sua própria mãe, ao chegar do trabalho, teve que correr e foi ali ver o seu filho morto em uma calçada. Vejam, aquelas pessoas, ao se indignarem, foram tratadas como se fossem pessoas em conflito com a lei.

Então, eu digo tudo isso porque é preciso que nós tenhamos pactos pela vida e que tenhamos pactos e programas de enfrentamento à mortalidade ou à morte de jovens negros.

Nós temos aqui em Brasília, por exemplo, o Lago Sul, que há 8 meses, parece-me, não há nenhum tipo de homicídio. É um dos bairros onde se concentra a população de mais alta renda aqui do Distrito Federal. Então, quem está morrendo? Aí não são ilações: 55% dos que morrem são jovens. Desses jovens, por volta de 75% são negros — são negros! Há um racismo diluído que está embotando os tecidos sociais na nossa cidade e que é preciso ser reconhecido enquanto tal para ser enfrentado.

Então, eu diria, Secretário, que nós deveríamos estar aqui no Distrito Federal organizando um programa de enfrentamento à morte de jovens negros. É preciso dar um basta a isso. É preciso encarar isso como sintoma de uma sociedade com tantas desigualdades. É preciso construir uma ouvidoria independente, para que as pessoas possam falar de como elas estão sendo percebidas pelas forças de segurança.

Quando nós defendemos o fim dos autos de resistência, não queremos fazer a presunção da culpa de quem quer que seja. Sabem o que são os autos de



resistência, que há tanta resistência em implementá-lo e votá-lo nesta Casa? É um projeto que assegura as investigações. Apenas isso! É óbvio que o bom policial — a esmagadora maioria é de bons policiais — não será culpabilizado ou não será punido, se houver uma investigação séria. Apenas se assegura, quando houver a morte de pessoas pelas forças de segurança, que se faça um processo de investigação simplesmente, para que aquilo não morra ou não caia sem que haja qualquer tipo de averiguação sobre as circunstâncias em que se deu aquela morte.

Por isso, eu sugeriria, primeiro, que tivéssemos, uma ouvidoria independente; segundo, que pudéssemos fazer da forma como tem que ser feito, porque eu penso que a Secretaria de Segurança recebe no peito a falência de uma série de políticas públicas. Se tivéssemos educação de qualidade, se tivéssemos cultura de qualidade, se tivéssemos políticas de lazer e esporte de qualidade, seguramente, (*palmas*) não teríamos esse nível de violência que há no nosso País. Se tivéssemos políticas com centralidade nos direitos humanos — e eu encerro com isso, Presidente...

Quando se discutem direitos humanos, discute-se o direito de a pessoa viver como ser humano, qualquer que seja a pessoa, simplesmente porque humano tem que viver como ser humano. Isso significa que, quando se discrimina alguém, se diz que alguém não merece viver a sua humanidade, porque é como é, desumaniza-se simbolicamente esse alguém. E a desumanização simbólica, a violência simbólica não ficam só na alma, ela vai para a pele, se expressa nos índices, na violência literal.

Por isso, eu diria — e encerro — que nós deveríamos estar construindo esse programa aqui no Distrito Federal, com um conjunto de políticas públicas, inclusive a política de segurança, para assegurar que nós não tenhamos esse nível de violência, porque quem morre são os jovens de periferia, quem morre são os jovens negros — são esses que estão morrendo no nosso País!

Nós precisamos considerar essas especificidades, considerar o que é nítido, porque negar a nitidez dos fatos é negar a realidade. E, ao negarmos a realidade, nós não conseguimos transformá-la e não conseguimos fazer com que tenhamos uma sociedade mais justa e mais igualitária.



É preciso que nós aproveamos, sim, o projeto que propõe o fim dos autos de resistência, que nós asseguremos uma ouvidoria independente, para que todas as denúncias sejam efetivadas, porque eu cheguei a ver vídeos, que eu sei que são uma minoria de policiais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputada Erika.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu tive a oportunidade, Deputado — eu encerro com esse raciocínio —, de ver um vídeo, que foi amplamente divulgado, em que policiais veem um menino de 13 anos, que estava fugindo de um assalto ou de um conflito com a lei, e o deixam morrer. E o deixam morrer! Dizem: “*Morra! Morra!*” Ele estava fugindo de um assalto, de um conflito com a lei.

Portanto, quando se desumaniza, quem desumaniza também é desumanizado. Quem desumaniza e perde a condição de ver no outro uma pessoa também deixa de sentir e deixa de viver como pessoa. É preciso romper essas desumanizações.

Registro minha solidariedade à família do Cristiano e à comunidade, que soube transformar o luto em luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Erika.

Com a palavra o Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, Sr. Comandante, Secretário, o policial militar — vamos falar aqui de quem está sendo mais atingido neste momento — é um agente do Estado autorizado a usar a força em defesa da sociedade. Os senhores têm que usar... Polícia Militar boa é a que não morre. Se vai morrer do outro lado, é outra história. Quanto mais se quer pregar a política de direitos humanos no nosso País, pior fica a questão da insegurança no nosso meio.

Eu costumo dizer uma coisa: quando me elegi Vereador a primeira vez, aprendi muito cedo, meu Coronel, a votar os projetos de acordo com o autor e com o partido do autor. Quando se fala de direitos humanos aqui, eu estou contra. Eu já sei que a intenção é ofender os senhores, ofender a Polícia Civil... Quem paga o preço alto com isso? É o pessoal de bem. “*Olha, morrem mais negros.*” Eu quero que alguém do PT diga quem mata mais: branco ou negro? Não fique só com um lado da moeda, não! É a política de dividir. É branco contra negro; homossexual contra



heterossexual; rico contra pobre. Quando acabarem os ricos do Brasil — estão tentando acabar —, vai ficar todo o mundo na mesma “m”, todo mundo igual, como nos países que os petistas adoram, Cuba, por exemplo, ou a própria Coreia do Norte. Vai estar uma maravilha!

Falam em botar jovem na escola. Botar marginais na escola? Tem é que tirar alguns marginais da escola. Eu não vejo aqui, quando estou aqui terça, quarta e quinta, nos jornais aqui, cara com camisa de estudante, uniforme, fazendo besteira em sala de aula. Tem que tirar ele de lá! Dizer que jovem não tem oportunidade é brincadeira. Há muito jovem de classe média e alta que não quer nada com nada. E duvido quem não tenham exemplo disso na família. Duvido quem não tenha um primo ou sobrinho que não quer nada com o batente — nada, nada, nada. Dizer que é excluído da sociedade... Está de brincadeira comigo.

Eu queria que respondessem: há crime em Angola? Só há negro lá. Existe crime lá? Eu acho que não. Com essa história de acirrar o racismo entre nós, vocês não estão completamente equivocados, não, estão mal-intencionados. Isso é falta de caráter! Fazer até uma CPI como esta, com todo o respeito que eu tenho a muitos colegas aqui, é acirrar o racismo em nosso País, jogar branco contra negro o tempo todo. Vocês acham que devemos recrutar policiais onde, em escola de freiras? Ou em parada *gay*? Houve uma parada *gay* em São Paulo ontem. Vocês acham que devemos recrutar policiais no meio daqueles bonzinhos, daqueles santinhos? Eles são defendidos pelo PT, tanto que o Governo Federal deu 1 milhão de reais para a passeada *gay* em São Paulo. É aquele tipo de gente pacífica que deve incorporar as nossas Polícias Militares?

Quero apelar aqui — a Deputada saiu — para um pacto pela vida. Eu quero que ela faça junto à Presidente Dilma Rousseff um pacto pela honestidade. É a desonestidade que leva à violência. E quem pratica a desonestidade em nosso País é o partido dela. Enquanto a PETROBRAS estava sendo assaltada, tudo o que interessava à Presidente Dilma Rousseff era aprovado nesta Casa. Então, façam um pacto pela honestidade, para ter moral.

E outra: estão há 12 anos no Governo e falam em mudar a educação! A única mudança em que estão batendo igualmente a um desgraçado agora é a de implementar o *kit gay*, via adesão do MEC. Apesar de a lei proibir falar em ideologia



de gênero, o MEC determinou que os Municípios fizessem seu plano de 10 anos sobre educação, levando-se em conta ideologia de gênero.

Eu queria uma resposta do Coronel. Eu vou pressionar o Coronel. Eu queria uma resposta a uma questão aqui, já que o senhor tem o Batalhão Escolar. Agora, no dia 2 de março, uma resolução de um conselho, publicado no *Diário Oficial da União*, que estabelece que menino — 6, 9, 12, 15, 17 anos —, caso se sinta menina, pode frequentar o banheiro ou o vestiário das meninas. Isso vai levar certo conflito para dentro das escolas ou não? Eu recebi o telefonema do pai de uma menina de 10 anos de idade que chegou urinada em casa. Por que chegou urinada? Porque não vai ao banheiro porque na escola dela há menino de plantão. Como é bonita, se ela entrar, o pessoal vai atrás, para tentar ver alguma coisa.

Essa é a política do PT? O PT fala tanto em educação, quer colaborar com a educação, extermínio disso ou daquilo. Repito aqui: quem mata mais é branco ou é negro? Meu sogro é da Ceilândia. Não me chamem de racista, não, porque ele é o Paulo Negão — só é conhecido por esse nome —, motorista de ônibus. Ele mora na Ceilândia. Raramente eu vou lá.

Querer comparar: há zero aqui no Lago Sul, há tanto não sei onde... Vocês querem nivelar todo mundo por baixo. Qual é a educação do pessoal que está aqui e a educação do pessoal que está lá? É fácil defender pobre, dá mais voto! “Coitadinho”, “vítima”, isso dá voto. A desgraça neste País chama-se voto de pessoas ignorantes. São fabricados pelo PT. Quanto mais ignorantes com título na mão, melhor. É só contar mentirinha: que ele é discriminado, que ele é perseguido, que a culpa é dos brancos de olhos azuis, é da elite branca, é de quem tem dinheiro. Assim é mais fácil ganhar voto.

O Bolsa Família está aí. O PT agora fala que quer acabar com o financiamento privado de campanha, mas tem 120 bilhões de reais — bilhões — por ano para projetos assistencialistas.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu lamento uma CPI com esses moldes, acirrando o racismo entre nós. Quero cumprimentar a Polícia Militar. Eu estava sozinho aqui, até no ano passado, e consegui me movimentar para não aprovarem o fim do auto da resistência. E agora chegou essa bancada gloriosa, em que temos uns vinte policiais, delegados, o meu amigo Deputado Alberto Fraga, com quem fiz,



em 1982, a ESEFEx no Rio de Janeiro, que é um grande defensor dos senhores. De vez em quando, ele é mal interpretado por alguns dos setores. Temos a nossa briga. Isso é comum. Há no Exército, na Marinha, há na PM, há em todo lugar. O Deputado Alberto Fraga esteve aqui, no passado, e ajudou — e muito — a melhorar o salário dos senhores. É um homem que merece consideração e respeito. Dou graças a Deus e fico muito feliz com a volta dele.

Agora, estamos reforçados com o pessoal da Polícia Civil, da Polícia Federal e com o meu filho aqui. É lógico que ele é melhor do que eu, porque ser pior é impossível, segundo dizem alguns. Não tem problema. Vamos resistir, não sei até onde. Mas podem ter certeza de que no que depender de nós, os senhores vão ter, um dia, a retaguarda jurídica para poder trabalhar.

Agora, Coronel, há mais um desafio. Eu sei que aqui não é tão violento quanto o Rio de Janeiro. Quando houver uma reintegração de posse num local violento, convide a Deputada para ensinar ao senhor como se faz desarmado essa operação. Eu não sei se alguém vai desarmado junto com ela. Mas vá desarmado, com flores, pedindo, por favor, que desocupem e entreguem o refém. Perguntem: “Onde está a droga, por favor?” E se levarem tiro no lombo, num lado da sua cara, vire o outro lado — para ensinarem aos senhores como é. Aqui está cheio de gente especialista. Se soltar um traque de São João do lado dele, ele cai no chão, rola e borra a cueca! Ou a calcinha. Um dos dois. É uma realidade!

Os senhores não tratam com pessoas de bem; tratam com bandidos. E têm que se preparar para isso!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Que criança, rapaz! Criança de 10, 12 anos de idade já é bandido! E é defendido por vocês. Nós vamos reduzir aqui, se Deus quiser, a maioria penal também! Temos que reduzir a maioria penal! Tudo bem, arranjem voto que vocês ganham essa questão aqui. Acredito que, no momento, há uma dificuldade para rejeitar a redução da maioria penal.

Acabei de apresentar, Sr. Coronel, Sr. Secretário, e é lógico que o PT será contra, um projeto similar ao que há em alguns Estados americanos — a lei dos três crimes. Lá, quando cometem três crimes, três furtos, cumprem 25 anos, sem progressão, ou com prisão perpétua em alguns Estados. Estou botando 10 anos no



meu projeto. Nós poderemos reduzir a violência do nosso País. O projeto já tem até número, é o Projeto de Lei nº 1.824 — não gostei do final, mas...

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Deputado Roney Nemer.

O SR. DEPUTADO RONEY NEMER - Boa tarde a todos e a todas. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, eu queria, primeiro, solidarizar-me com a Dona Elisabete, mãe do Cristiano, e com toda a família.

Vou tratar depois de duas falas completamente antagônicas, a da Deputada Erika Kokay e a do Deputado Jair Bolsonaro. Sou arquiteto urbanista, não sou militar, não sou policial. Eu moro no Distrito Federal desde 1977. Cheguei aqui como gritador de feira e me formei arquiteto urbanista na UnB. Ajudei a elaborar o projeto urbano de nove cidades no DF. Eu estava aqui dizendo que não consigo enxergar com passionalidade. A Deputada Erika Kokay fala com muita paixão. Eu acho que é preciso ter um pouco mais de razão. Nem tão a Deus nem tão ao diabo. Eu estava conversando com um Deputado da Bahia e falei que, às vezes, por haver mais negros, morrem mais negros. Ele disse que não. Eu acho que é isso que esta CPI deveria começar a investigar. Se não há esses dados, Presidente, é preciso mensurá-los.

Eu queria parabenizar o Comandante da Polícia Militar. Eu já estive com ele. Ele fez um trabalho belíssimo assim que entrou. Ele pegou os policiais que estavam na área administrava e colocou todos na rua. Se hoje há alguma coisa que tem melhorado, e ainda não é o ideal e está longe de ser, no Governo do Distrito Federal, do Governador Rodrigo Rollemberg, é a área de segurança. Melhorou, mas tem que avançar muito.

A Polícia Militar e a Polícia Civil estão enfrentando uma aposentadoria especial das mulheres policiais e não estão conseguindo nomear os novos policiais concursados e já formados. Há delegacias fechando, porque não há quem atenda às pessoas que procuram as delegacias. Nas cidades mais carentes, como acontece no Recanto das Emas, onde moro, as pessoas deixam de ir, porque vão ficar lá 5, 6, 8 horas esperando um atendimento, tendo que cuidar da família.



No meu sentimento, penso que uma forma de combater a violência, desculpem-me os senhores, é gerar emprego e renda e fortalecer a família, que é a principal instituição da sociedade. Valorizar a família, para que o pai e a mãe possam criar os seus filhos com alimento, podendo dar educação a eles, levá-los à escola.

Eu disse, hoje de manhã, num evento, que fui semi-interno da FUNABEM, em Caxambu, no sul de Minas. Como era criança em risco social, eu ia às 6 horas, tomava café da manhã, estudava, almoçava, ali aprendia uma profissão no contraturno da escola e voltava para casa de banho tomado, já tendo jantado.

Então, eu entendo que temos de fortalecer essa base social que é a família, é gerar emprego, porque através do emprego, o pai, a mãe, a família têm dignidade, dão exemplo ao filho. O que não se pode ver é, como aqui no DF — eu vou falar da nossa realidade —, descer todo mundo de manhã em direção ao Plano, às 6 horas da manhã, deixando o filho de 8 anos tomando conta de um de 6, de um de 5. Muito de violência que acontece é a violência doméstica, do lar. A polícia não tem como entrar no lar. É incesto, é estupro, é abuso, é parente que abusa do menor...

Então, eu gostaria de deixar registrado aqui minha solidariedade. Como foi dito aqui pelo Deputado que me antecedeu — ninguém tem que matar nem preto, nem branco, nem azul, nem verde, ninguém tem que matar ninguém. Eu particularmente sou totalmente contra o uso da arma. Agora, pelas forças policiais, é lógico que tem de ser abordado de forma correta. Eu, uma vez, quando estudante, descii na rodoviária de São Paulo, o cara não me perguntou nada, jogou-me na parede, abriu minhas pernas, deu-me uma joelhada no meio das pernas, achando que eu estava com drogas porque eu usava uma bolsa e tinha cabelo encaracolado.

Eu não devia nada, achei brusco. Mas não dá também para, como dito aqui, o policial falar assim: *“Por favor, senhor, com licença, eu poderia encostá-lo na parede e abrir as suas pernas para poder lhe apalpar para ver se o senhor tem alguma arma, alguma droga?”* Não é assim que funciona.

Quantos policiais perdem a vida numa abordagem que às vezes ele não teve a ação, não previu, porque quem vê cara não sabe se você está ali, se o branco que é o bandido, se é o negro que é o bandido, ele não tem cara. A criminalidade não



tem rosto, como está fazendo a propaganda da AIDS. A criminalidade também não tem.

Se há essa estatística, eu acho que a CPI devia levantar isso. Já que o senhor disse, Presidente, que não há números, levante os números, acho que a CPI pode fazer isso, porque aí, sim, vamos poder acreditar. Não dá para acreditar em números que chegam aqui de forma passional — um chega de forma passional e fala.

Quero parabenizar a Polícia Militar e a Polícia Civil aqui do DF que têm dado um exemplo de trabalho, de seriedade e de respeito às famílias do DF. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Deputado Roney Nemer não fez uma pergunta. Ele fez uma intervenção igual ao Deputado Jair Bolsonaro: mostrou o ponto de vista mais ideológico e pessoal. Então, eu não quis comentar porque eu respeito as posições na condição de Presidente.

Deputado Roney Nemer, a estatística é simples: se é 1 branco para 7 negros em Brasília, nós temos que dizer o seguinte que Brasília tem 84% de negros. Não tem, tem 53%. Se fosse assim, São Paulo, que tem mais brancos que negros, não poderia matar mais negros. São Paulo mata mais negros. Pernambuco esteve aqui: 5 para 60 negros. Então, em Pernambuco 90% da população teria de ser negra.

Não dá para negar essa questão, do ponto de vista de quem está sendo vítima de homicídios. Eu não olho para o passado, eu olho para o futuro, mas é bom registrar o passado para não repetir. Ao olhar para o futuro, o que nós estamos desenhando aqui é um plano republicano, com metas.

Alguém aqui concorda em matar alguém, seja negro, seja pobre? Não. Só que também negar que há uma estatística e, a partir dela, tem um perfil, tem a idade, tem as regiões, nós estamos propondo aqui fazer um plano e um pacto. Para quê? Para que a gente possa mudar essa realidade no Brasil. Eu acho que isso unifica o que dizem os Deputados Jair Bolsonaro e Erika Kokay, na minha opinião, do ponto de vista do futuro.

É evidente, e foi muito bem colocado pelo Secretário Arthur, que política ostensiva de segurança pública se soma a uma política ostensiva de prevenção com políticas públicas. Essa tem que ser a combinação, não é isso? Senão, não tem



resultado. Em lugar nenhum do mundo teve resultado, não vai ser diferente no Brasil.

Então, é evidente que esta CPI tem um objeto definido porque os números estão colocados: 80% são negros e pobres. A partir desse objeto, nós temos que apresentar algo para o futuro. Essa é a minha posição que me levou a ser autor da CPI.

O próximo orador é o Deputado Paulão; depois, o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria parabenizar V.Exa. e dizer que esta CPI está cumprindo o seu papel, até porque, regimentalmente, obedeceu a toda a tramitação com objeto, com foco, com prazo determinado, o que preconiza não só o Regimento, como a nossa Carta Magna.

Eu queria parabenizar o Secretário de Segurança do Distrito Federal, Sr. Arthur Andrade, o Eric, representando a Polícia Civil, o Comandante da Polícia Federal, o Sr. Florisvaldo, pelas importantes exposições que fizeram.

Prestamos solidariedade à mãe que deu um depoimento com um grau de emoção, o que é natural, até porque teve o filho recém-falecido — não só a ela, mas à família do jovem Cristiano.

Ao mesmo tempo, parabenizo a Polícia Civil pela celeridade em ter o processo já apresentando os autores, não só intelectuais, como também os materiais.

Agora, Presidente, V.Exa. disse muito claramente da composição desta Casa. Aqui é uma casa de debate de ideias, com contraditórios naturais no processo. Ao mesmo tempo, fazer o debate que não qualifica, tentando reduzir e tirar de foco, discutindo — primeiro, todos em tese aqui defendem — a vida. A CPI tem um foco, que é a violência contra o jovem negro e pobre. Se houver violência praticada contra os militares, também é claro que todos somos contrários à violência. Agora, tentar generalizar e atacar o Partido dos Trabalhadores é a mesma coisa que dizer quem foi um dos responsáveis pela violência em relação à entrada da cocaína no Rio de Janeiro e que é comandante do jogo do bicho. Um capitão do Exército, Capitão Guimarães, Capitão Guimarães, Capitão Guimarães! (*Palmas.*)

O que não podemos é fazer uma generalização de que todo o Exército é culpado. O que não podemos é dizer que o comandante do Acre, conhecido como



Motosserra, controlava a violência e a cocaína no Brasil — e era Comandante da Polícia Militar. Não podemos fazer esse grau de generalização. Eu acho que isso não qualifica o debate.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu gostaria de garantir minha fala. As pessoas se inscrevam no momento certo. Respeitem a palavra dos Parlamentares. *(Palmas.)* Ninguém ganha no grito aqui, não.

Então, Sr. Presidente, eu queria aqui, principalmente, ouvir com maior profundidade a fala do Comandante Florisvaldo, que foi importante, quando ele disse o seguinte: *“Nasci numa comunidade de periferia”*. Isso é importante. A mesma comunidade onde o Cristiano foi vítima. Comandante Florisvaldo, V.Sa. teve uma diferença fundamental, a questão da estrutura familiar, que é um item além, claro, dos dados. Chegou à Polícia Militar, conhece a realidade da periferia e destaca a importância que teve a matéria de direitos humanos para a sua formação e a formação da Polícia Militar no Distrito Federal.

Eu queria que V.Sa. destacasse se a matéria de direitos humanos na Polícia Militar no Distrito Federal contribuiu e contribui para que a polícia seja uma das menos violentas no Brasil, já que V.Sa. deu destaque a isso na sua fala.

Outra fala sua é a respeito da importância do desarmamento. V.Sa. destacou a importância de uma campanha de desarmamento para a cultura da paz. O Deputado Bacelar, que é outra mistificação, quando tenta fazer uma analogia em que o armamento é alienígena, é de fora...

Está provado em estatística que o armamento é interno, inclusive com armas pensadas pelo Poder Judiciário. No caso de Alagoas, várias armas estão pensadas, à disposição do Poder Judiciário. Essas armas muitas vezes são retiradas propositadamente servindo ao crime. E tramitam vários projetos nesta Casa para que haja rapidez na destruição delas, que são em quantidade enorme. A gente não sabe por que não são destruídas. Eu acho que o objetivo seria esse.

A gente convidou aqui atores importantes, que fizeram uma fala. Eu destaquei mais a do Comandante porque as outras tiveram características generalistas fundamentais. Houve a fala do Diretor-Geral da Polícia Civil em relação a desvendar o caso do Cristiano, que é fundamental para a comunidade, levanta a autoestima,



serve de referência, de paradigma para todos nós aqui, e a do Secretário de Segurança. Mas foi a fala do Comandante em relação à política de direitos humanos e do desarmamento...

Devemos trabalhar aquelas outras questões gerais. Aquilo é só o debate nesta Casa. Autos de resistência? Eu sou favorável, mas tem que haver o contraditório. Aqui não vou nem aprofundar, nem gastar tempo com o processo. Redução da maioria penal? Eu sou contra essa discussão, mas vários colegas têm posição contrária. É natural do processo, e vai ganhar quem tiver voto. A mobilização da sociedade tem papel nisso, internamente.

Por último, Sr. Presidente, gostaria também de dar destaque à fala do Secretário sobre a importância da sinergia dos Poderes. V.Exa. verifica que essa sinergia tem diferença em outros Estados? Há importância no Executivo, no Legislativo, no Judiciário? Qual o grau que dá essa celeridade, que contribui para diminuir a violência?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulão.

Antes de passar a palavra ao Deputado Major Olímpio, quero registrar a presença da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e da Associação Nacional de Pós-Graduandos, que se manifestam contra a redução da maioria penal.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, mais cadeias, menos cemitérios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, autoridades que nos visitam e autoridades que acompanham e assessoram a população, segmentos que vêm a esta que é a Casa do Povo se manifestar, em primeiro lugar registro meu orgulho e minha satisfação: em 16 de fevereiro de 1978, há pouco mais de 37 anos, eu ingressei em um dos portões da Polícia Militar de São Paulo.

É com muita satisfação que recebemos nesta CPI três autoridades do Distrito Federal: o Secretário de Segurança Pública, o Diretor-Geral da Polícia Civil e o



Comandante-Geral da Polícia Militar. Eu falo de satisfação e orgulho porque havia a expectativa de se ouvir das autoridades de segurança pública as palavras “truculência” e “preconceito”, e de se verem arroubos de valentia. Mas se assiste exatamente a um verdadeiro *show* de capacidade, de saber exatamente o que está falando pela sua instituição, pelos objetivos do Estado, e com fundamentação.

Isso desmonta qualquer hipócrita de plantão. Nós temos “ólogos” de todas as formas querendo ensinar como se faz polícia. Eu tive a felicidade e a curiosidade profissional de conhecer polícia em 30 países e posso dizer com tranquilidade: é muito difícil fazer polícia no nosso País. Nós não conseguimos completar dez dedos da mão para buscar países no mundo onde há condição de os profissionais da segurança pública debaterem polícia com os nossos profissionais de polícia, com a lei inadequada, a população indolente, a fronteira continental, a falta de estrutura na área social, a impunidade como rainha das causas...

Aprendi uma coisa na vida: se não quer ajudar a carregar o piano, pelo menos sai de cima. Os senhores, autoridades, vêm para nos dizer, e já vieram comandantes e diretores de polícia de outros Estados, e estão dizendo: “*Pelo amor de Deus, se não vai me ajudar a carregar o piano, sai de cima, tira o peso!*” E nós assistimos aqui o tempo todo a um festival de besteira: “*Ah, eu sou pelo auto de resistência*”. É contra ou é a favor? Porque não sabe nem o que está falando! O fato de se fazer auto de resistência significa que não haver ter investigação ou apuração. A capa do inquerito é o auto de resistência. Alguém acha que, hoje, qualquer chefe de polícia vai compactuar com uma situação que tenha alguém morto e que não vai ser investigado? Não vai haver perícia? Não vai haver laudo? Não vai haver provas testemunhais? Então, eu vejo essas coisas. Mas vejo a satisfação.

Esta CPI veio com o resultado pronto. Perdão, Presidente. V.Exa. tem tido uma conduta que tenho elogiado o tempo todo, nossa Relatora Rosângela também, porque não estão preconcebidos nas suas ações. Mas o objetivo da CPI já veio pronto: quem mata o pobre negro na periferia é a polícia. E a polícia vem e mostra: “*Não sou parte do problema, sou parte da solução*”. E, talvez, a única solução que tenha o pobre negro da periferia ainda seja a viatura da radiopatrulha, porque a saúde deste País é uma vergonha, não interessa o partido ou o criminoso que está à frente, e a ambulância do pobre ainda é a radiopatrulha, em grande parte do País.



Quando se fala no aspecto da formação, da formação humanística, do comprometimento do policial, é bom que se diga que nenhum policial é acionado para uma ocorrência e pensa: *“Opa, se tiver negro pobre, eu atiro; se não, eu chamo de doutor e eu atendo”*. É vergonhoso algo preconcebido dessa natureza. E não vai...

O resultado da CPI — eu vi até entrevistas do Presidente Reginaldo Lopes sobre alteração legislativa, estrutura — é pensar para frente sim, é crescer. E nós precisamos sim. Não podemos dizer e não admitimos a palavra das nossas autoridades, especialmente do Comandante da Polícia Militar... Não há preconceito institucional em relação à cor, a gênero, à opção sexual de quem quer que seja! Algumas pessoas que se dizem defensores desses segmentos querem usar como bandeira — e uma bandeira para tomar bordoadas — a polícia. Quando está em perigo, lembra-se de Deus e da polícia; passou o perigo, esquece Deus e mete a boca na polícia. Isso é universal: aqui, na China, na Europa, na Ásia.

Mas eu devo dizer da satisfação, do meu orgulho como policial, e o quanto está sendo bem-vinda a esta CPI a presença dos policiais, porque, se alguém tinha o objetivo *“eu vou escrachar a polícia”*, vai sair daqui batendo palmas para a polícia, dizendo: *“Graças a Deus, há esse comprometimento!”*

Assim como morre o pobre negro na periferia, nós temos mortes independentes da cor. Se nós temos o fenômeno de nosso País ser ainda racista e preconceituoso, não há manifestação nem na formação nem no dia a dia nem na atuação. É severamente reprimido qualquer tipo de conduta.

Eu fui bicho na academia. O Hidelbrando, que matava as pessoas com motosserra, só aprendeu a fazer isso depois que se tornou Deputado. Enquanto era só oficial da polícia militar... Chegou a ser Comandante da Polícia Militar do Acre. O que fez mal a ele foi isto aqui. Mas Hidelbrando não é referência por ter tido formação numa academia de polícia. Não podemos dizer que o médico que faz aborto clandestino é criminoso e que todos assim serão, como se tenta generalizar. Conduta individualizada pode ocorrer sim em qualquer segmento da sociedade. Quem trata com vidas trata com segurança e trata com o imponderável.

As pessoas precisam saber que, onde houver confrontação, haverá vítimas sim, como existem em todos os países. Vi pela televisão, Comandante, mais de 50



policiais de V.Exa. serem agredidos e passarem por atendimento médico, alguns com fratura de crânio, porque o Movimento dos Sem Terra veio fazer um evento aqui patrocinado pelo dinheiro público, o evento estava chocho e resolveram invadir o Supremo Tribunal Federal para virar notícia. Arrebentaram mais de 50 policiais. Conduta de criminoso. *“Foi uma repressão aos policiais”*.

Quero dizer, Presidente, da minha satisfação. Não tenho perguntas a fazer, só enaltecer a coragem de V.Exa. de trazer o debate para esta Casa. A presença e a manifestação dos senhores vão influenciar um resultado diferente em relação à CPI de enxergar a polícia como verdadeiramente é: ela não é a responsável principal pela morte de negros na periferia; ela talvez seja o único instrumento da periferia, já que a Justiça é capenga e incompetente, já que o Ministério Público muitas vezes funciona mais aos holofotes do que ao processo, mais do que aqueles que acusam e que só estão, no momento de fazer avaliações, sentado à mesa de reuniões. Quem está lá para atender e evitar a tragédia, para evitar desdobramentos maiores, muitas vezes não consegue. Muitas vezes vai haver erro sim, vai haver inconseqüência sim. Mas em todos os segmentos da sociedade isso acontece.

É importante representantes das polícias, neste momento do Distrito Federal, estarem nesta Casa, nesta CPI, para dizer: *“População brasileira, população de Brasília confie na sua polícia, apoie a sua polícia, ajude sim a sua polícia a melhorar, denuncie o equívoco sim, porque as instituições querem a mudança comportamental permanentemente”*.

Por isso, faço questão de me manifestar aqui, agradecendo. Os senhores deram uma aula de segurança pública, ao ponto de não restarem, mesmo àqueles que têm de agredir pela agressão com palavras de agressão pessoal ou institucional as forças policiais.

Parabéns aos senhores! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Major Olímpio.

Tem a palavra o Deputado Davidson Magalhães. *(Pausa.)*

Como não há inscritos, passo a palavra ao Secretário Artur Trindade para responder a algumas manifestações e fazer suas considerações. Depois falará o Comandante.



O SR. ARTUR TRINDADE - Deixem-me fazer algumas considerações. Mas, antes de fazê-las, gostaria de aproveitar a presença dos senhores profissionais da Polícia Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal para dizer que tanto a Polícia Militar do Distrito Federal quanto a Polícia Civil do Distrito Federal são motivos de orgulho da sociedade do Distrito Federal. Nós nos orgulhamos das nossas polícias não só pelo que são, mas pelo esforço que fazem para manter esse nível de confiança e de atuação profissional que desempenham.

De fato, as polícias, e só posso falar pelo Distrito Federal, estão do lado da solução do problema. Certamente, é um problema muito mais complexo do que parece. Mas nós temos orgulho das nossas polícias, nós temos orgulho de alguns programas, de algumas políticas de segurança pública que ficam na memória, como, por exemplo, o Programa Paz no Trânsito, que todos aqui conhecem, porque moram e conhecem Brasília, atravessam as ruas fazendo o sinal da vida e os carros param na faixa de pedestre. Isso é política de segurança pública. Nós precisamos de outras políticas bem sucedidas como esse Programa Paz no Trânsito.

Eu vou fazer algumas considerações. De fato, eu acho que, com relação a esse debate sobre homicídios e violência no Brasil, nós temos que ter muito cuidado, senão corremos o risco de cair num certo maniqueísmo que não interessa a ninguém. Certamente, há posições divergentes, porque há pontos de vista divergentes. Mas o maniqueísmo não interessa a ninguém, porque não é parte da solução, ao contrário, atrapalha a solução do problema. E todos, eu tenho certeza, querem uma sociedade menos violenta. As diferenças de opinião são sobre as melhores formas de alcançar essa sociedade, não sobre o objetivo final.

De fato, esse debate sobre homicídios... Claro, os dados raciais mostram que morrem mais negros do que brancos, certamente. Mas, como eu disse, há um elemento muito importante que a gente não pode esquecer: essas mortes se concentram em alguns bairros. Certamente, são os bairros que abrigam a maior população negra. Nem todos os bairros que têm população negra são violentos, mas os bairros mais violentos têm um perfil racial muito específico.

E aqui é que tem uma questão. Até agora a gente tem falado muito do papel da Polícia Militar na questão dos homicídios. Mas, após a promulgação da Constituição de 1988, o protagonismo na investigação e na redução dos homicídios,



porque reduz a impunidade, é da Polícia Civil, investigando esses crimes e instruindo adequadamente os processos para que essas pessoas sejam presas.

Há um grande esforço para melhorar nossas condições de investigação de homicídios. Todos nós sabemos aqui que o desempenho das nossas polícias de maneira geral, no Brasil, na investigação de homicídios é muito baixo. Na região do Entorno do Distrito Federal, por exemplo, a taxa de elucidação de homicídios não ultrapassa os 7%. No Distrito Federal, a taxa de investigação de homicídios está beirando os 50% — 45% a 50%. É uma taxa alta para os níveis nacionais, mas precisa melhorar muito para a gente ter redução desses homicídios.

O que isso tem a ver com esse perfil racial. Certamente, o homicídio não deixa de ser investigado porque a vítima era negra ou branca. A questão é que alguns bairros concentram um grande número de homicídios, mas não concentram um desempenho da investigação de homicídios correspondente.

Uma política de redução de homicídios implica melhorar a capacidade da Polícia Civil de elucidar homicídios, articular essa capacidade da Polícia Civil com a atuação do Ministério Público, que é um dos grandes problemas nossos. Se o desempenho de algumas polícias civis não é tão bom assim na investigação de homicídios, a articulação da ação da Polícia Civil com o Ministério Público em todo o Brasil, no DF inclusive, não é boa. O resultado do trabalho da Polícia Civil não necessariamente é uma denúncia criminal.

Nós precisamos melhorar essa articulação entre o Ministério Público e a Polícia Civil. Nós precisamos melhorar a articulação entre o Ministério Público, a Polícia Civil e os Tribunais de Justiça — as Varas Criminais —, porque frequentemente as polícias... E a Polícia Civil principalmente elucida o crime, o Ministério Público até denuncia o crime, mas às vezes o juiz não expede mandado de prisão preventiva e, via de regra, não raro, esse agressor vai acabar matando mais uma, duas pessoas até ser preso.

Enfim, não há dúvida, Deputado Reginaldo Lopes, de que precisamos de um pacto republicano que envolva Ministério Público e Tribunais de Justiça. Parece-me que esse debate sobre segurança pública, via de regra, passa pelo debate sobre polícias. Não, nós temos que debater também o papel do Ministério Público e dos Tribunais de Justiça. Afinal de contas, se temos uma Constituição que diz que



imperava aqui o Estado de Direito e o devido processo legal, então o Ministério Público tem que denunciar e o Judiciário tem que condenar. Às vezes me parece que o debate está desfocado ou está sobremaneira concentrado, olhando só para as polícias, para o problema das polícias. Não! Há outras instituições que devem ser chamadas também as suas responsabilidades.

Para os senhores terem ideia, conseguimos discutir o papel das polícias, e é claro que alguns problemas devem ser melhorados, é óbvio. Mas só conseguimos discutir o papel das polícias, porque temos informações, dados, estatísticas sobre a atuação de polícias, mas não temos estatísticas sobre a atuação do Ministério Público nem do Judiciário. Então, é claro que só conseguimos criticar as polícias. Não conseguimos criticar o Ministério Público nem o Judiciário porque não temos estatísticas, informações nacionais, sobre a atuação dessas instituições.

Bom, outra consideração...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Secretário, nós temos a estatística de 2007 e 2012 do PRONASCI, que foi na verdade uma chamada força-tarefa ainda do então Ministro Tarso Genro, de 148 mil inquéritos...

O SR. ARTUR TRINDADE - Da Estratégia Nacional de Redução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - ...da Estratégia Nacional de Redução. Para esse pacto foram chamados os tribunais e todos os entes. O final foi o quê? Oito por cento de casos elucidados. O senhor tem toda a razão.

Está também no nosso roteiro de trabalho uma conversa com o Supremo Tribunal Federal, com os tribunais. Nós precisamos avançar nesse sentido para que isso possa também, nisso que chamamos de pacto republicano, ajudar, porque o sentimento de impunidade, é evidente, leva a mais violências.

O SR. ARTUR TRINDADE - Não há dúvida, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Davidson Magalhães, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Com relação a esse conceito, por exemplo, nós identificamos aqui, desde os debates anteriores, que um dos principais problemas é a impunidade. Nós temos uma cultura de violência, e o senhor agora pegou um ponto que acho importante. Também fujo desse falso dilema. Existe problema em tudo quanto é lugar dessa área, porque se a nossa



polícia é a que mais mata e é a que mais morre, existe algum problema, que precisamos resolver.

Mas esse conceito de não investigar me parece que está havendo não de tal secretaria. É um conceito ainda do período anterior ao regime militar, quando tratávamos segurança como problema de guerra. Em guerra você não precisa investigar. (*Risos.*) Não é à toa que não se chega nem a 7%, 3% de investigação. Em guerra você não investiga, você elimina fisicamente o opositor.

Então, nosso conceito de segurança pública, não é à toa... Pelo menos você pegue algumas observações... Quer dizer, o aparato da Polícia Militar nossa em alguns lugares é até avançado do ponto de vista de armamento. Mas para as condições de investigação há um *gap* entre condições científicas, tecnológicas do processo investigativo e processo repressivo.

Temos a experiência recente, que o senhor está tendo, do Distrito Federal. Gostaria de ouvir um pouco sua opinião sobre isso, porque acho que é um dilema de que precisamos tratar quando formos fazer, se fizermos, esse pacto, porque é uma coisa positiva, Presidente.

Aqui, no Brasil, houve a experiência positiva em relação ao combate à adulteração de combustíveis. O combate à adulteração de combustível no Brasil era algo em torno de 20% a 25%. Hoje, está numa escala exatamente no padrão internacional. Um desses elementos foi exatamente esse pacto que foi feito com o Judiciário, não só a área repressiva, mas com o Judiciário, que tornou isso aí... Havia multas que passavam de 10 anos, prescreviam e não chegavam à conclusão.

Nesse sentido, eu acho que esse pacto republicano passa também pela mudança da concepção de segurança pública, do ponto de vista mais do conceito democrático e civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Não há ausência do conceito "ordem pública" na Constituição? O senhor acha que deveria se definir o que é ordem pública?

O SR. ARTUR TRINDADE - A discussão sobre ordem pública é interminável. Se a gente entrar nessa discussão, vai entrar num pântano de onde ninguém vai sair. Ninguém sabe o que é ordem pública, a gente sabe o que é desordem. Cada um tem claramente na cabeça o que é desordem, mas o que é ordem... Eu sugiro



que a gente não vá nessa linha, porque não vai sair desse pântano da ordem pública, não vai chegar a lugar algum. Tenho feito debates sobre ordem pública.

Mas, sobre investigação, nós temos uma mudança muito profunda na sociedade brasileira. Há uma mudança geracional. O Dr. Eric iniciou sua fala dizendo exatamente que viveu dois regimes, que foi policial em duas ordens políticas distintas. Certamente ele poderá falar com muito mais propriedade do que eu sobre isso.

O fato é que não dá para voltar atrás, e nem acho que queremos, mas hoje nós temos um padrão, requerido pelo Ministério Público e pelo Judiciário, de instrução criminal a que as polícias precisam se adaptar, de um lado. Então, a produção de provas por parte das polícias tem que mudar. Aqueles inquéritos instruídos quase exclusivamente com provas testemunhais não resultam em condenação. As estatísticas estão aí para mostrar.

Mas, como você vai fazer investigação para instruir inquérito, principalmente de homicídios, com outras provas que não as provas testemunhais? Ora, a gente tem que fazer uma reorganização de toda a investigação, para que a perícia esteja no local do crime 1 hora, 2 horas depois de ser acionada. Isso requer uma nova logística de investigação, investimentos novos, reestruturação da investigação, de um lado. De outro lado, o Ministério Público tem que estar junto na investigação, seja com uma câmara técnica, discutindo caso a caso, dizendo que tipo de prova é necessário e que tipo de prova não dá para denunciar, e o Judiciário também. A gente debate homicídios, debate letalidade policial, mas não debate investigação de homicídios, o que eu acho que é um dos nossos grandes problemas. E a gente tem que fugir desse maniqueísmo.

Por outro lado, só para fechar esta questão sobre o perfil racial das mortes, as mortes se concentram em alguns bairros. Isso não é só no Distrito Federal. No Entorno do Distrito Federal, as oito cidades que compõem o que alguns chamam de Área Metropolitana de Brasília, os Municípios com maior fluxo de pessoas, enfim, esses oito Municípios, somam 202 bairros. Pois bem, 22 desses bairros, no somatório total, respondem por 70% das mortes, não os 200, 22 bairros.

E como é a investigação de homicídios nesses lugares? Às vezes não é só um problema que a Polícia Civil não está investigando, às vezes o problema é que



esses bairros não contam com instalações, a população não colabora. É uma série de questões por trás disso que são desafios para todos.

Outra questão que tem sido muito debatida, para orgulho nosso, aqui no Distrito Federal, é a letalidade policial, que apresenta taxas bastante reduzidas. Certamente, o Comandante Cesar saberá explicar para os senhores por que essas taxas são tão reduzidas assim. Mas uma coisa que a gente não pode deixar de considerar é que também a taxa de vitimização policial no Distrito Federal é baixa, simplesmente porque o modelo de enfrentamento de crime não é esse o modelo privilegiado em que a gente empurra os policiais mal pagos, às vezes, mal treinados e mal equipados, para combater o crime.

A letalidade policial certamente vai ser alta, mas a vitimização policial vai ser também muito alta. Isso é estarrecedor, numa sociedade que permite, que aceita, que tolera que profissionais de segurança pública saiam de casa, vão enfrentar o crime com uma grande chance de não voltar para casa também. A mesma sociedade que está dizendo que letalidade policial não é um problema é uma sociedade também que está tolerando vitimização policial. Eu acho que nós não deveríamos tolerar a vitimização de policiais. A morte de um policial é um evento extremamente grave e lamentável para qualquer sociedade civilizada. E acho sim que a morte de um policial em serviço é mais grave do que a morte de qualquer outro cidadão, porque ele está ali exatamente dando sua vida, enfim.

Outras questões foram levantadas.

Unificação das polícias e integração das polícias. Eu acho que a gente já perdeu 20 anos num debate estéril sobre a necessidade de unificar as duas polícias. Seria maravilhoso que a gente tivesse uma polícia só. As polícias nasceram separadas, estão separadas há mais de 200 anos e eu creio que ficarão separadas por mais 500. Então, esse é um debate que não vai levar a lugar nenhum.

Por outro lado, outros países têm várias polícias que também têm conflitos de jurisdição, mas conseguem funcionar. Para os senhores terem ideia, Barcelona é uma cidade que conta com a atuação de seis forças policiais e que recentemente, há menos de 5 anos, finalmente conseguiu unificar o número de emergência. Então, o fato de existir mais de uma polícia não é um problema exclusivamente brasileiro.



Se a unificação é um *wishful thinking*, um desejo que não vai ser alcançado, a integração é uma necessidade, e há várias formas de integrar. A gente precisa melhor articular as ações das polícias, coordenar melhor essas ações, de maneira mais razoável, ter metas e indicadores de desempenho dessas polícias.

Aí existe um papel que tem sido pouco debatido no Brasil como um todo: o papel das Secretarias de Segurança Pública no arranjo, na configuração dos sistemas de segurança pública estaduais. A gente precisa de uma instância capaz de coordenar e articular as ações. É curioso notar que, nos Estados onde as Secretarias de Segurança Pública de fato conseguiram minimamente uma coordenação das ações, nós tivemos bons resultados. Então, a integração é mais do que necessária, é um imperativo, já que não vamos unificar.

Sobre o Estatuto do Desarmamento, eu falei da importância da investigação, da elucidação de homicídios para a redução das taxas de homicídios. Esse é um instrumento importante para reduzir homicídios. O outro instrumento importante é a apreensão de armas de fogo, como o Comandante Cesar destacou aqui. O Estatuto do Desarmamento é um instrumento de trabalho, hoje, das Polícias Militares do Brasil.

Sobre desmilitarização. Parece-me mais um daqueles debates feitos para não ter fim. Primeiro, porque ninguém chega a um consenso sobre o que é militarização e o que é desmilitarização. A gente está falando que militarização é usar farda, estrela ou divisa. É isso? Bom, a Polícia Rodoviária Federal usa farda, mas, muitos consideram que ela não é uma polícia militarizada. É o etos de uso da força? Bom, nós temos algumas polícias civis que também têm o mesmo etos do uso da força. Então, elas seriam militarizadas?

Isso, de novo, é uma simplificação, um maniqueísmo que nos faz perder 20 anos no debate. Não importa se a polícia é militarizada ou desmilitarizada, e cada uma tem uma tradição. Parece-me que o que importa é que ela tenha, goze de alto grau de confiança da população. E algumas polícias do mundo são militarizadas e têm alto grau de confiança da população, como os Carabineros de Chile, e outras são militarizadas e gozam de baixíssimo grau de confiança da população. Parece-me que o que importa é o grau de confiança que a polícia goza junto aos seus cidadãos e a qualidade dos serviços que presta. Se são militarizadas ou não diz



respeito a uma cultura organizacional e à história de uma instituição, o que a gente não muda com facilidade, e nem acho que deveríamos mudar essas tradições.

Por último, maioria penal, ou redução da maioria penal, colocada aqui pelo Deputado Reginaldo Lopes. Eu acho que é outro maniqueísmo tratar essa questão tão complexa simplificando simplesmente na idade penal. Veja, de fato, a questão dos adolescentes em conflito com a lei, ou dos adolescentes no mundo do crime, para colocar de maneira bem clara, é um dos grandes problemas no Brasil. Não há dúvida de que é um problemão. Mas nós temos dois gargalos associados à atuação criminosa desses adolescentes.

O primeiro gargalo diz respeito à instrução criminal. Eu volto de novo à relação entre Polícia Civil e Ministério Público. As Polícias Militares, que, via de regra, apreendem esses adolescentes em flagrante, conduzem esses adolescentes a uma delegacia da Polícia Civil, aqui no Distrito Federal, a Delegacia da Criança e do Adolescente, e lá o delegado faz os procedimentos legais para a instrução criminal. Em boa parte desses casos, esse procedimento que o delegado realiza não vai resultar numa ação do Ministério Público. Eu não vejo como a redução, a alteração da maioria penal vai atacar esse problema.

Mas nós temos um segundo problema, tão grave quanto o primeiro, a reincidência. A taxa de reincidência criminal dos adolescentes no Brasil, nos Estados onde temos informação, porque é outro tema sobre o qual não temos dados, nos lugares onde temos dados sobre isso, é da ordem de 75%. Quer dizer, mesmo naqueles casos, que não são a maioria, em que a Polícia Militar fez seu trabalho e apreendeu aqueles adolescentes em flagrante, conduziu à Polícia Civil, a Polícia Civil instruiu processo criminal, o Ministério Público denunciou e isso resultou numa medida socioeducativa, qualquer que seja ela, ao fim disso tudo, 75% voltarão à atividade criminosa, e voltarão à atividade criminosa num patamar acima.

Eu não vejo no que a alteração da maioria penal vai afetar a nossa taxa de reincidência. Eu sei que é um debate complexo, todos têm posições aqui muito claras. E é bom que isso aconteça, eu acho louvável. Mas eu acho que a gente tem que, ao contrário de simplificar, tornar o debate mais complexo, para ver as várias nuances da situação.



De qualquer maneira, eu gostaria muito de agradecer a oportunidade de estar aqui com os senhores, com as senhoras, e espero que de fato, ao fim destas jornadas aqui, nós consigamos produzir um pacto republicano entre os entes federados — União, Estados e Municípios — e entre os Poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — para a questão da violência e fundamentalmente dos homicídios.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Secretário, pela contribuição.

Já tínhamos encerrado as inscrições, mas o Deputado Subtenente Gonzaga chegou. Como abrimos a palavra para o Deputado Davidson Magalhães por 1 minuto, concedo a palavra a S.Exa. por 1 minuto, mas informo que já encerramos e que os convidados estão respondendo às manifestações e fazendo as considerações finais.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu agradeço a deferência. Em 1 minuto é muito difícil.

Quero cumprimentar todos da Mesa, o Sr. Comandante, o Sr. Diretor-Geral da Polícia Civil, o Sr. Secretário.

Esta Casa está discutindo segurança pública nestes corredores todos. Em uma meia dúzia de CPIs, Comissão Especial, Comissão de Segurança, Comissão de Relações Exteriores, o assunto é segurança. Isso demonstra que realmente a segurança precisa vir a ser o que, na nossa perspectiva, não foi até hoje: uma política de Estado.

Não há na Constituição previsão sequer da responsabilidade de cada ente federado no financiamento, no Conselho de Segurança Pública. É uma política, um direito social que não pode ser dividido com a iniciativa privada. A educação e a saúde podem ser divididas, no entanto, cuidou-se de estabelecer a responsabilidade. Então, temos aí um problema.

Há outro problema, o de sistema. Foi colocada aqui a necessidade de integração, mas nós não temos sistema de segurança pública no Brasil. É inadmissível que o Governo Central não tenha condições de estabelecer uma comunicação formal com os demais entes federados. E ele tem que começar a partir



das entidades de classe. Ele tem que reconhecer e legitimar um conselho de secretários de segurança, um conselho de chefes de polícia, um conselho de comandantes-gerais, para poder estabelecer essa comunicação e tentar fazer, pelo método de indução, alguma política pública a partir da União. Também precisamos discutir isso.

E fica evidente, em todas essas discussões que estamos fazendo em todas as Comissões, um diagnóstico interessante: o problema na investigação, a deficiência da capacidade de investigação que está instalada aqui. E as soluções que têm sido apresentadas até hoje vêm na direção da unificação, da centralização, algo nesse sentido.

Nós não podemos perder de vista que temos, então, um problema de gestão, como foi colocado aqui agora e eu queria reforçar. Discute-se a atuação, a ação das polícias, e não se discute, o que eu diria, a omissão do Ministério Público, a omissão do Poder Judiciário. É preciso pensar esse sistema de persecução criminal, de Justiça e de polícia de forma tal que realmente eles se interajam sistemicamente falando.

E na visão dessa possibilidade, apropriado um pouco da fala do senhor de que a unificação é um discurso para daqui a 100 anos, assim como a descentralização. Mas nós estamos tentando introduzir uma proposta e uma discussão na agenda institucional da Câmara, para adotar o que praticamente o mundo inteiro faz, o que a América Latina toda faz, à exceção do Brasil. Queremos discutir a possibilidade de dotar as polícias das competências do ciclo completo. Acho que isso é um assunto novo aqui na Câmara. Ele não é novo nas academias, não é novo na discussão de política pública de segurança pública, mas é novo aqui na Câmara, sob esse foco.

Eu acho que precisamos colocar essa discussão em pauta. Senão, nós podemos fazer um belo diagnóstico aqui sobre as mortes de jovens e negros e não conseguir apontar uma solução eficaz para esse problema que está sendo diagnosticado em todas as discussões de segurança pública: a questão da investigação.

Obrigado pela tolerância e pela oportunidade de manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga, nosso conterrâneo mineiro.



Com a palavra o Sr. Eric de Castro, Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

O SR. ERIC SEBA DE CASTRO - Eu anotei alguns pontos aqui bem importantes. Já que o Deputado falou aqui da questão das entidades e dos conselhos, queria agradecer a presença do Dr. Benito Tiezzi, Presidente do SINDEPO, e do Dr. José Werick, Presidente da ADEPOL, que também são também representantes bem atuantes na causa da segurança pública.

Foi discutida muito aqui — o Deputado acabou de falar — a questão da segurança pública. Graças a Deus alguém está discutindo segurança pública no Brasil da forma como se deve, com profissionalismo.

Eu queria aqui registrar duas coisas. Eu anotei alguns pontos bem importantes, três especificamente. Sobre a questão da maioria esmagadora das mortes dos jovens negros e pobres no Brasil, certamente elas não são oriundas do confronto com a Polícia. São as pessoas da comunidade e da sociedade que estão se matando. Eu acho que é importantíssimo registrar isso, para não se dar a conotação de que isso vem da ação policial, seja reativa ou seja deliberada.

Outra questão: auto de resistência em hipótese nenhuma significa impunidade, auto de resistência é o início de uma investigação. As pessoas deturpam isso ou têm uma visão caolha do que é o auto de resistência: é uma forma de fazer chegar ao conhecimento da autoridade policial um fato, que houve um óbito que se diz ter ocorrido num confronto. E esse fato deve ser investigado. Na verdade, quando ele não é investigado, a autoridade policial, o delegado de polícia que recebeu a informação e se omitiu deve responder por isso. A regra é essa.

Nós não podemos extinguir, nós não podemos extirpar do nosso ordenamento jurídico um mecanismo de apuração e até de proteção do agente público num determinado momento. Quando há morte no trânsito, se a pessoa, ao invés de fugir do local, apresenta-se e ajuda no socorro, ela, por isso, não é autuada em flagrante. Nós não podemos afastar esse mecanismo também para o policial, que não raras vezes mata no confronto, mata para não morrer.

Se não me engano, o Deputado Jair Bolsonaro falou: *“Entre morrer e matar, eu prefiro matar”*. Eu falei isso outro dia, com uma juíza num julgamento. Eu fui prender uma pessoa que reagiu — já como Delegado, próximo de ser Diretor da



Polícia. Apreendi um camarada que estava assaltando uma senhora de 60 e tantos anos, que quebrou o maxilar dela dando pancada. Era um cidadão de 1,9 metro, dessa largura! Quando eu lhe dei voz de prisão, ele falou: *“Você vai me matar, mas não vai me prender”*. Eu falei: *“Você está preso. E se for preciso, eu vou te matar!”* Ele veio para cima; nós entramos entrou numa contenda; e eu dei um tiro na mãozinha do coitadinho, que tinha só cinco mandados de prisão, o último quando ele saiu no dia da Páscoa no ano passado, alguma coisa assim, e não voltou.

E aí na Justiça, a juíza veio me perguntar se havia necessidade de dar o tiro. Eu respondi: *“Não, não teria, se ele não tivesse reagido. Agora, entre ele e eu, vão dez dele! Entre ele e eu, eu sou um pai de família, tenho meu pai, tenho minha mãe, tenho minha família para cuidar. E eu não vou em troca dele, porque, com certeza, eu valho mais para a sociedade do que ele”*. E a maioria dos policiais vale mais do que ele para a sociedade. (Palmas.) Ele tinha cinco mandados de prisão. E foi interessante esse dia porque a Promotora deu um sorriso. Por quê? Porque ele chega lá com cara de coitadinho e abaixa a cabeça. Então, eu acho importante pontuar isso.

Agora eu falo especificamente da Polícia Civil. Nós estamos no Parlamento, de onde saiu uma das maiores conquistas da segurança pública de Brasília, que foi o Fundo Constitucional. E o nosso Fundo Constitucional está sendo vilipendiado, está sendo suprimido em benefício de outras áreas que não a segurança pública. Ele foi criado para manter a segurança pública e custear subsidiariamente a saúde e a educação.

Nós já tivemos 53%, 54% da verba do Fundo Constitucional destinada à segurança pública. No ano passado, nós tivemos 46,7%. Isso é criminoso, isso é imoral com a segurança pública. Não adianta termos educação, não adianta termos saúde, se não tivermos uma educação para permitir que os professores, os alunos, os médicos cheguem a sua casa, tenham o direito efetivamente de ir e vir.

Então, nós pedimos socorro, Sr. Presidente, nós pedimos socorro, Srs. Deputados, para que se restabeleça ou que se busque um mecanismo para proteger, sim, a segurança pública. Só para os senhores terem uma ideia, a Polícia Civil no ano passado teve 54 milhões de investimento. É muito dinheiro, não é? Não. É pouco dinheiro. Só na Polícia Técnica, nós consumimos em torno de 80% disso.



Nós temos hoje 1.800 coletes à prova de bala vencidos, porque nós não temos dinheiro para comprar outros. Este ano o investimento, ao invés de aumentar, diminuiu, passou para 30 milhões. Então, eu queria falar dessa questão do Fundo Constitucional.

Por ultimo, só para encerrar e ser bem breve, tem-se falado muito da questão do ciclo completo, tem-se falado muito da questão da unificação, tem-se falado muito de muita coisa. Há muitos “ólogos”, como alguém falou aqui, que dizem que entendem muito de polícia, quando não entendem nada. Na verdade, as pessoas ficam tentando entender o que é polícia. A polícia tem seu tempo de trabalhar, a polícia tem seu tempo de investigar, a polícia tem seu tempo de atender com segurança — segurança de seus agentes, segurança da sociedade.

O ciclo completo que eu acho que deve ser feito é cada um fazendo benfeito o que sabe fazer: a Polícia Civil no seu canto, a Polícia Militar no seu canto, com integração, a Polícia Rodoviária, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, a NASA, o que quer que seja. Se cada um fizer o seu papel benfeito, respeitando o espaço do outro, com certeza nós vamos ter uma garantia muito maior de segurança.

Por fim, Sr. Deputado — a Deputada Erika Kokay não está aqui —, foi falado aqui da questão da ordem pública. Eu tinha pensado em falar e até ri quando o Secretário falou. Lá no caso do Cristiano, o que chegou para mim efetivamente foi que, após o cometimento do crime — nós precisamos preservar o local do crime, até para ajudar na investigação —, houve uma comoção natural, da família principalmente, mas parece que algumas pessoas que tentaram agir ou fazer justiça com as próprias mãos, inclusive depredando o patrimônio do autor e fazendo outros tipos de ação que poderiam ser caracterizadas como crime.

O que houve por parte da Polícia Civil e da Polícia Militar, pelo menos o que chegou a mim — se houve algum excesso, nós apuramos —, foi o que chamamos de preservação de ordem pública ou pelo menos uma tentativa. Isso se deu não só para evitar outros cometimentos de crime, mas para preservar o local e conseguir apurar. Era preciso não interferir na cena do crime, para que depois o autor do crime não fosse beneficiado com aquele tipo de ação. A busca é tão somente nesse sentido, nada mais do que isso. Respeitamos — volto a dizer — a dor da família.



Buscamos, sim, elucidar o crime — e ele está elucidado. E a nossa ação é sempre pela busca da legalidade.

Solidarizo-me com a Dona Elisabete e os demais familiares mais uma vez. Lamentamos imensamente e esperamos que esse fato sirva de marco para a busca de novos procedimentos, de novos respeitos à pessoa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Florisvaldo Ferreira Cesar, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. FLORISVALDO FERREIRA CESAR - Eu quero agradecer por esta oportunidade de trazer aqui o posicionamento da Polícia Militar do Distrito Federal. Hoje, como integrante do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais e representante do Centro-Oeste, eu posso me alvoroçar em dizer que falo um pouco em nome desses profissionais de segurança pública de uma forma geral no Brasil.

Eu aqui quero responder aos questionamentos na forma de um só discurso, não pontuando cada Deputado, se assim for permitido. O Secretário Arthur Trindade enfatizou muito a valorização do policial e das instituições que têm por princípios fundamentais a ética e os valores morais, que hoje andam um pouco esquecido no nosso País.

Concordo com o Deputado Jair Bolsonaro quando ele diz que hoje querem dividir, querem rotular a sociedade. Não existe da parte de nenhuma polícia, como foi dito aqui, a intenção de sair para discriminar, para dividir a polícia com rótulo. A polícia existe para defender a sociedade. E a sociedade tem que valorizar a sua polícia.

Quando eu falo na questão da vitimização policial, isso é uma verdade. Quando olhamos a realidade de um policial fora do Distrito Federal — aqui é o foro adequado, porque é a Câmara Federal, e nós nos solidarizamos com todos os policiais do Brasil —, vemos que a sociedade tem que valorizar o seu policial. A morte de um policial tem que ter um peso grande na sociedade, porque aquele policial sai da sua casa e deixa a sua família todo dia, para defender a sociedade. E quando alguém viola uma lei, atenta contra a vida de um policial, essa sociedade não pode ficar inerte.



Nós não ficamos inertes quando um policial viola as leis. Nós somos a instituição que mais pune os nossos policiais. Nós temos o controle externo do Ministério Público, das auditorias militares, do Poder Judiciário, das nossas corregedorias. Nós somos estatisticamente a instituição que mais pune, mais expulsa, mais coloca para fora do quadro, por questões, às vezes, até tidas como comuns na sociedade civil hoje. Mas o policial é colocado para fora do quadro.

Então, concordo que querem dividir, querem rotular. Como disse aqui o nosso Deputado Jair Bolsonaro, ninguém sai para falar assim: *“Olha, o jovem é negro; o jovem é branco”*. A polícia não faz isso.

Nós vemos hoje no País o resultado do crescimento da sociedade, da população, da formação do povo brasileiro — e aqui estão todas as pesquisas de referência feitas por institutos credenciados e renomados no Brasil. E realmente há a questão da distribuição de renda, como foi falado aqui, e da educação. Como eu falei, sou oriundo de uma comunidade pobre, onde a violência não é cometida só contra o jovem negro, mas também contra o jovem nordestino. Quem mora na invasão da Estrutural aqui? Lá moram jovens que não são negros, são brancos, são loiros. Mas eles são vítimas também da violência social que assola o País. E nós estamos perdendo de goleada para a violência.

Sobre a questão do desarmamento, a pesquisa a que eu me referi aqui diz que a cada 14 armas uma vida é preservada. Mas são 14 armas na mão de pessoas em conflito com as leis, de bandidos. Então, eu acredito que o cidadão tem o direito de se proteger. Pesquisas também mostram que em países como os Estados Unidos e a Finlândia, onde o cidadão pode ter a sua arma, os índices de criminalidade são baixíssimos. Então, quem não poderia andar armado é o bandido.

Deputado Jair Bolsonaro, eu concordo com o senhor que esse negócio do banheiro vai dar conflito. E confesso que nós vamos ter que ver com o Secretário de Educação do Distrito Federal como lidar com essa situação: ter um banheiro alternativo ou outra medida. A escola vai ter que dar essa solução. Mas vai trazer conflito ao ambiente escolar essa questão trazida pelo Deputado de que alunos poderão usar o banheiro feminino — ou masculino também. Não é isso? Eu acho que é isso. Eu falo porque não sei bem.



O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - É engraçado que as meninas *gays* não vão aos banheiros dos meninos. Ocorre só o contrário.

O SR. FLORISVALDO FERREIRA CESAR - Eu não sei, Deputado. Mas eu acho que vai dar conflito no ambiente escolar com certeza.

O Deputado Paulão pontuou que a questão do ensino na formação policial contribui para a baixa letalidade da polícia. Isso aí, como disse o Secretário de Segurança, é um discurso secular. A educação não só na formação policial, mas como direito do cidadão, contribui para a redução da violência de maneira geral. Educação, distribuição de renda, melhores condições de vida, tudo isso contribui para a redução da criminalidade.

Nós assistimos hoje ao que disse o Deputado Major Olimpio, oriundo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que é um exemplo de polícia no Brasil, assim como a Polícia do Estado de Minas Gerais, aqui com o nosso Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Ela tem 240 anos.

O SR. FLORISVALDO FERREIRA CESAR - Tem 240 anos, Meus parabéns para essa instituição! Que exemplo para as demais!

Nós temos que realmente ter uma política de valorização dos policiais. Nós temos que ter uma política de valorização da ordem no nosso País. Nós assistimos a uma campanha de desmoralização daqueles que procuram ser corretos.

Então, antes de discutir a maioria penal, temos que discutir o que é certo e o que é errado no nosso País. A população tem que falar. E aqui os representantes eleitos por essa população têm defender o que é certo. Como bem disse o nosso Secretário sobre essa questão de discutir maioria, nós não podemos é aceitar que o crime prevaleça e ande solto nas nossas ruas. Então, a maioria cai por terra quando pensamos nessa questão da criminalidade.

Sobre a questão do ciclo completo que foi citada, há aqui Deputados dos outros Estados. Brasília é pequena, o Distrito Federal é pequeno. Mas em Alagoas, na Bahia, viaturas saem e andam 200 quilômetros...

O SR. DEPUTADO BEBETO - Só um minuto, por favor.

O SR. FLORISVALDO FERREIRA CESAR - Pois não.



O SR. DEPUTADO BEBETO - A posição de defesa da redução da maioria penal é uma posição do Governo em que V.Exa. está ou é pessoal?

O SR. FLORISVALDO FERREIRA CESAR - Foi me pedida uma posição pessoal, o que eu achava.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Muito bem.

O SR. FLORISVALDO FERREIRA CESAR - A posição do Governo cabe ao Governo, Deputado.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Mas o senhor está representando o Governo.

O SR. FLORISVALDO FERREIRA CESAR - Eu estou representando a Polícia Militar do Distrito Federal.

Então, o que eu digo sobre a questão do ciclo completo, Srs. Deputados, diz respeito à sobrevivência da prestação de serviços para a comunidade. No Estado de Minas Gerais, como foi falado há 2 semanas, pelo Comandante de Minas Gerais, numa reunião dos Comandantes-Gerais, viaturas percorrem 250 quilômetros, 300 quilômetros para homologar uma ocorrência policial. Nós temos que pensar na sociedade. Será que esse é o serviço que a sociedade quer entregar para o cidadão? *“Olha, nós vamos gastar um tanque de gasolina, um para ir e outro para voltar. O senhor vai perder o dia todo para registrar uma ocorrência. O senhor vai andar 500 quilômetros numa viatura para homologar uma ocorrência.”* É por isso que a sociedade do Brasil passa hoje. Então, quando falamos de ciclo completo, é importante entender isto: lá o cidadão é que sofre.

No Distrito Federal, nós temos uma integração excelente com a Polícia Civil. Mas nós sofremos também. Por quê? Por questões de efetivo da Polícia Civil. Hoje nós temos centrais de flagrante, onde viaturas ficam 10 horas paradas aguardando a homologação de uma ocorrência. Então, o cidadão está pagando o funcionário, está pagando o combustível da viatura, está pagando a viatura. E qual é o serviço que nós prestamos para o cidadão? Então, ao falar de ciclo completo, Sr. Presidente, eu acho que é fundamental, é vital para a sociedade brasileira hoje essa discussão sobre a integração das polícias. Eu acho que falo pelo Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Comandante, isso seria para crime de menor potencial ou para todos?



O SR. FLORISVALDO FERREIRA CESAR - Eu concordo com o que o Dr. Eric falou: em todos os crimes, cada polícia pode fazer a sua parte. A Polícia Militar tem suas limitações de perícia, então, há crimes que hoje nós não podemos atender. Mas sobre aqueles crimes da Lei 9.099, isso é uma questão primordial hoje para as polícias.

Sobre a integração, a unificação, eu concordo plenamente com o Secretário de Segurança. Nós temos questões históricas no País e nós não temos ainda maturidade para falar em unificação. Mas sobre integração, eu cito o Distrito Federal como um exemplo, pois temos uma integração muito adiantada. Então, eu acho que é o caminho.

A desmilitarização foi também um tema citado aqui. Como bem disse o nosso Secretário de Segurança, nosso Prof. Arthur Trindade, a desmilitarização não reflete em bom serviço ou mau serviço para a comunidade. Nas pesquisas sobre as entidades em que a população brasileira mais confia, entre as dez sempre está uma instituição militar. Mas hoje o cidadão não quer saber se é militar ou se é civil, ele quer um serviço. Então, quando eu saio daqui, entro na viatura e vou atender — e eu digo isso para os policiais —, ninguém quer saber se eu sou um coronel. O cidadão que bateu o carro ou foi vítima de um crime não quer saber se é um coronel, o Comandante-Geral ou um soldado que está atendendo a ocorrência, ele quer um serviço de qualidade do Estado. Então, não temos que perguntar: “*Ah, desmilitarizar vai ser melhor ou vai ser pior?*” Eu acho que essa é uma questão também cultural.

Acredito que hoje o modelo das Polícias Militares atende à demanda da segurança desde que elas recebam o apoio dos seus governos, dos seus Deputados. Nós vimos aí, ao longo do período de Copa do Mundo, programas para várias entidades, vários segmentos da sociedade. Mas pouca coisa veio para a polícia. O País fala assim: “*A segurança ocupa 10 horas da televisão brasileira em programas sensacionalistas*”. Nós temos Ministérios sobre vários temas, mas nunca foi falado da criação do ministério da segurança pública. Será que esse tema não é tão importante que necessite de um ministério também? Eu digo isso porque, em Brasília, nós temos o Fundo Constitucional. Mas e a polícia do Piauí? E a polícia de Rondônia?



Então, para mostrar para a comunidade da nossa querida Ceilândia, onde infelizmente aconteceu esse crime, que a política de segurança pública no Distrito Federal hoje é encarada como uma política de Estado., no último curso de formação, dos 700 policiais formados, 200 policiais foram lotados em Ceilândia, coisa que não aconteceu nos últimos cursos. Eles não foram lá lotados porque o Comandante-Geral é oriundo de Ceilândia não, mas porque aquela comunidade necessitava. É a comunidade que mais cresceu demograficamente, é a população que mais cresceu, é a população onde há conflitos. No mês passado, nós fizemos uma solenidade no centro de Ceilândia — talvez os senhores tenham visto —, em que nós apresentamos 200 policiais para atender essa comunidade.

Então, contem com a Polícia Militar do Distrito Federal! É uma Polícia Militar, como eu disse aqui no início, que busca a proteção dos direitos humanos, o respeito à dignidade da pessoa, mas é uma Polícia extremamente voltada para a resolução de conflitos. É por isso que os resultados foram estes nesses primeiros 120 dias: mais de mil armas apreendidas. É uma Polícia extremamente dura no que faz, mas que respeita sempre a dignidade da pessoa humana.

Então, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui nesta tarde. Deus abençoe a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado. Eu quero, em nome da CPI, agradecer a presença do Major, do Secretário, do Diretor-Geral da Polícia Civil. Muito obrigado pela presença e pela contribuição.

É evidente que a CPI trabalha com a possibilidade de ter um relatório preliminar. Se for emenda constitucional, o que de fato vai ocorrer, terá que se criar uma Comissão Especial para apreciar a PEC da integração e do modelo compartilhado entre União, Estados e Municípios. Então, os senhores terão a oportunidade de falar sobre isso. E também se nós conseguirmos aprovar o plano estratégico nacional decenal republicano, ele será fruto de Comissão Especial. Então, na verdade estamos iniciando o debate.

É evidente que a CPI agradece a presença de vocês. Eu acho que foi rica a tarde, porque trouxe contribuições importantes. Sintam-se à vontade. Nós vamos continuar aqui, para apreciar requerimentos, mas agradeço a presença de vocês.



Obrigado. Se quiserem continuar, será um prazer. Mas eu sei do compromisso e da tarefa de vocês. *(Palmas.)*

Vamos passar ao item da pauta da Comissão que trata da apreciação de requerimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, quero subscrever os requerimentos da Deputada Benedita da Silva, que não pôde estar presente porque seu pai faleceu. Então, quero subscrever os dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero aqui registrar e também externar os sentimentos aqui dos membros da CPI à nossa companheira Deputada Benedita da Silva, que pela manhã perdeu o seu pai. S.Exa. também justificou sua ausência evidentemente.

Os requerimentos da Deputada Benedita da Silva são os Requerimentos de nºs 84 e 85. Houve um pedido aqui para subscrevê-los, feito pelo Deputado Luiz Couto.

Vamos passar para o processo de votação. Vamos votar em bloco, por estarmos quase na Ordem do Dia.

Há vários requerimentos. Vamos colocar em apreciação o Requerimento nº 84/2015, da Sra. Benedita da Silva, que foi subscrito pelo Deputado Luiz Couto; o Requerimento nº 85/2015, da Sra. Benedita da Silva, também subscrito pelo Deputado Luiz Couto; o Requerimento nº 86/2015, do Sr. Paulão; o Requerimento nº 87/2015, também do Deputado Paulão; o Requerimento nº 88/2015, também do Deputado Paulão; o Requerimento nº 89/2015, de minha autoria, Deputado Reginaldo Lopes; o Requerimento nº 90/2015, do Deputado Vicentinho; e o Requerimento nº 91/2015, do Deputado Luiz Couto.

Em debate e apreciação os requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, passemos à votação.

Os Deputados que concordam com a aprovação dos Requerimentos de nºs 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90 e 91 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.



Nada mais havendo a tratar, eu quero, na pessoa da D. Elisabete, agradecer em especial à família do Cristiano pela presença, jovem que foi brutalmente assassinado, e dizer que nós estamos juntos. E também quero aqui manifestar a solidariedade da CPI, desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos à disposição para acompanhar esse processo até a conclusão, até que se faça justiça. E também quero dizer que estamos juntos na luta por uma nova cultura de paz.

Então, muito obrigado, D. Elisabete e todos os seus familiares, pela presença.

Antes de encerrar a reunião, quero convocar a nossa audiência pública para quinta-feira, dia 11 de junho, a partir das 9 horas, em plenário a ser definido. Será reunião de audiência pública e deliberativa, para aprovação de requerimentos.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos.